



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil

Número 11

Novembro de 2001

Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994-2000)
Fernando Alberto Sampaio Rocha

ISSN 1519-7212
CGC 00.038.166/0001-05

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil	Brasília	n. 11	nov	2001	P. 1 - 40
--	----------	-------	-----	------	-----------

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil

As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente do(s) autor(es) e não refletem a visão do Banco Central do Brasil, exceto no que se refere a notas metodológicas.

Coordenação:

Departamento Econômico (Depec)

(e-mail: depec@bcb.gov.br)

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, nº 11, novembro/2001.

Controle Geral de Assinaturas

Banco Central do Brasil
Demap/Disud/Subip
SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício-Sede - 2º Subsolo
Caixa Postal 8670
70074-900 - Brasília (DF)
Telefone (61) 414-3165
Fax (61) 414-1359

Convenções Estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Informações do Banco Central do Brasil

Endereço:	Secre/Surel/Dinfo Edifício-Sede, 2º subsolo SBS - Quadra 3, Zona Central 70074-900 - Brasília (DF)	Telefones:	(61) 414 (...) 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406
		DDG	0800 992345
		FAX	(61) 321 9453
Internet:	http://www.bcb.gov.br		
E-mail:	cap.secre@bcb.gov.br		

Apresentação

A institucionalização da série Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, cuja gestão compete ao Departamento Econômico (Depec), promove a divulgação de trabalhos de elaboração econômica que tenham interesse não apenas teórico, mas também conjuntural e metodológico, refletindo desse modo o trabalho gerado por funcionários da instituição em todas as suas áreas de atuação. Igualmente, poderão fazer parte da série trabalhos que, embora realizados externamente, tenham recebido suporte institucional do Banco Central.

Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994 – 2000)

FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA

Resumo: o trabalho apresenta a evolução da concentração bancária no Brasil, a partir do Plano Real, e discute seus condicionantes macro e microeconômicos. A concentração bancária é analisada a partir das razões de concentração e do índice de Hirschman-Herfindahl para ativos totais, depósitos totais, operações de crédito e patrimônio líquido ajustado. Além do cálculo tradicional da concentração no total do setor bancário e nos bancos privados, foi medida também, para ambos os casos, a concentração nos “grupos bancários”, definidos como todos os bancos que tenham o mesmo controlador. As estatísticas indicaram tendência geral de elevação da concentração, ainda que os resultados variem significativamente conforme a amostra analisada.

Sumário

1. Introdução	9
2. Evolução recente da concentração bancária no Brasil	10
2.1 – Fatores macroeconômicos	10
2.1.1 – Estabilização inflacionária	10
2.1.2 – Problemas bancários sistêmicos de 1995 – 1996	12
2.1.3 – Ingresso de bancos estrangeiros e privatizações	13
2.2 – Fatores microeconômicos	14
2.2.1 – Aprimoramento da regulamentação prudencial	15
2.2.2 – Surgimento de novos produtos e tecnologias	16
2.2.3 – Reação defensiva dos bancos nacionais	17
3. Apresentação e análise dos indicadores de concentração	17
3.1 – Ativos totais	22
3.2 – Depósitos totais	24
3.3 – Operações de crédito	25
3.4 – Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	27
4. Conclusões	29
Referências bibliográficas	31
Anexo I – Evolução dos indicadores de concentração bancária	35
Anexo II – Operações consideradas para a formação dos grupos bancários	39

Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994 – 2000)¹

FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA²

1. Introdução

O Plano Real marcou o início de importantes transformações no sistema bancário brasileiro. À perda dos lucros com o *float* de recursos, após o fim da inflação alta e crônica, seguiram-se os sérios problemas no setor entre 1995 – 1996, cuja solução contou com programas governamentais para estimular a reestruturação. Na seqüência, iniciou-se a implementação de medidas nas áreas de regulamentação prudencial, supervisão e fiscalização para garantir a solidez e a segurança do sistema financeiro. Com o mesmo objetivo, e visando também estimular a concorrência, foram realizadas as privatizações de bancos públicos e a abertura do setor ao capital estrangeiro, inclusive com a venda de grandes instituições varejistas domésticas, evento inédito na história bancária brasileira.

As modificações do ambiente concorrencial, entretanto, não dependeram apenas de ações da autoridade monetária. As próprias firmas acompanharam os desenvolvimentos recentes do sistema financeiro que, no mundo inteiro, passam por movimentos de liberalização e de desregulamentação. Ampliou-se o escopo de atividades muito além da intermediação financeira tradicional, criando e explorando novos mercados e diversificando investimentos, tanto geograficamente quanto em termos de novos produtos (inovações financeiras). Esse ambiente tem estimulado a busca de escala e de poder de mercado, o que está na origem da atual tendência mundial de fusões e aquisições (F&A), com impactos diretos e significativos sobre o nível de concentração.

Esta nota mensura a evolução da concentração no setor bancário brasileiro e busca avaliar como seu grau foi afetado pelos eventos enumerados, acompanhando sua trajetória a partir de 1994 até 2000. Para tanto, além do cálculo tradicional da concentração no total do setor bancário e nos bancos privados, que considera as instituições individualmente, foram construídas duas outras séries para cada conta analisada, incluindo o que denominou-se "grupos bancários". Os **grupos bancários** foram formados reunindo em um único banco todas as instituições pertencentes ao mesmo controlador, uma vez que estão sujeitas a um centro unitário

1/ A elaboração deste trabalho contou com o indispensável estímulo de Altamir Lopes, Luiz Sampaio Malan, Alzira Rosa Morais da Silva (Depec) e Katherine Hennings (Secre/Dipec) aos quais agradeço. Os comentários de Katherine Hennings e Samuel Bracarense Costa (Deban) à versão preliminar do texto foram muito bem vindos. Como de praxe, as análises, conclusões e, principalmente, os eventuais erros são de responsabilidade exclusiva do autor, não comprometendo o Banco Central do Brasil.

2/ Banco Central do Brasil/Departamento Econômico. E-mail: fernando.rocha@bcb.gov.br.

de decisões e têm estratégias complementares^{3, 4}, implicando obter desenho mais claro da estrutura do mercado.

Além desta introdução, a nota é composta por outras três seções. Na segunda são expostos e discutidos, de forma sumária, os principais fatores macro e microeconômicos que afetaram a concentração bancária recente no Brasil. No item 3 é detalhada a metodologia utilizada e são apresentados os resultados alcançados. O item seguinte traz as conclusões da pesquisa.

2. Evolução recente da concentração bancária no Brasil

A escolha do período a ser analisado considerou que a estabilização inflacionária, que se seguiu à implementação do Plano Real, impulsionou a necessidade de importante reestruturação no setor bancário. Tal como a reforma financeira de 1964-1965 que se seguiu ao PAEG, parece haver relação entre estabilização e reorganização bancária (Moura, 1998: 27-32). Do ponto de vista dos impactos das reestruturações que se seguiram aos dois planos de estabilização, a atual apresenta maior intensidade e menor prazo.

A seguir analisam-se os principais fatores macro e microeconômicos que impulsionaram o atual movimento de consolidação.

2.1 – Fatores macroeconômicos

Consideraram-se como fatores macroeconômicos que impactaram a concentração bancária a evolução da economia brasileira no período e os processos sistêmicos, que atingiram e influenciaram a estrutura do setor. Procurou-se centrar a análise na relação entre os fatores e a evolução da concentração no setor. Discutem-se, abaixo, os impactos da estabilização inflacionária, dos problemas bancários que a seguiram, dos ingressos de bancos estrangeiros e das privatizações.

2.1.1 – Estabilização inflacionária

A partir de julho de 1994, com a introdução do real e a redução da inflação, a economia brasileira iniciou mudança significativa, impactando severamente o setor

3/ Embora estejamos cientes da semelhança com o conceito de conglomerados financeiros, preferimos utilizar grupos bancários, já que este não inclui instituições não-bancárias como financeiras, corretoras, distribuidoras e bancos de investimento, limitando-se aos bancos múltiplos e comerciais.

4/ Em seu artigo, MATOS, O. C. (1999: 18) aponta para a importância desse movimento: “Os índices de concentração nos últimos anos podem ser mais elevados, se for considerada existência de grandes grupos financeiros que controlam, em face de aquisições recentes, mais de um banco”.

bancário. A estabilização, ao estimular a remonetização, elevar rendimentos reais e demanda por crédito, tendeu a ampliar o mercado de intermediação financeira. Assim, no segundo semestre de 1994, os depósitos à vista elevaram-se 165,4%, e os a prazo, em torno de 40%, enquanto os empréstimos cresceram 58,7% (Mendonça de Barros e Almeida Jr., 1997: 4). As receitas com prestação de serviços (tarifas bancárias) que tiveram sua cobrança significativamente liberalizada (Resolução 2.303, de 25.7.1996), também apresentaram grande elevação⁵. Por outro lado, com a redução da inflação, as instituições financeiras perderam importante fonte de rendimento, as transferências inflacionárias ou *float*. De acordo com dados do IBGE/Andima (1997: 44), as receitas inflacionárias, que chegaram a representar 4% do PIB entre 1990-1993, reduziram-se a 2% do PIB em 1994 e a praticamente zero, em 1995. Segundo estimativa de Cysne e Costa (1997: 329-33), a perda atingiu US\$8,63 bilhões anuais.

Este era, de forma simplificada, o cenário do mercado bancário no começo de 1995, quando foram sentidos os efeitos da crise do México. A elevação das taxas de juros em 20 pontos percentuais, para 65% a.a., em março, e as restrições já existentes às operações de crédito⁶ provocaram contração no setor e elevação da inadimplência, em parte também devido à falta de critérios e aos deficientes controles de risco para empréstimos. O novo ambiente concorrencial não era mais condizente com as dimensões do setor bancário, cujo número de instituições cresceu significativamente após a criação dos bancos múltiplos (Resolução 1.524, de 21.9.1988), passando de 107 para 248, entre 1988 e o primeiro semestre de 1994, se forem considerados os bancos múltiplos, os comerciais e as caixas econômicas (Matos, 1999: 6).

Foram exatamente os pequenos e novos bancos, criados a partir de instituições financeiras não-bancárias, os mais atingidos no primeiro momento, com grande parte desaparecendo nos semestres seguintes, sem causar riscos sistêmicos (Mendonça de Barros e Almeida Jr., 1997: 11 e Moura, 1998: 34). Portanto, embora os problemas bancários que se seguiram à estabilização tivessem também importantes causas microeconômicas, a estabilização serviu de gatilho para sua eclosão. Dessa maneira, ao contribuir para o surgimento de problemas sistêmicos e para a eliminação de grande quantidade de instituições, a estabilização favoreceu o aumento da concentração⁷.

5/ Para os seis maiores bancos privados brasileiros, o crescimento das receitas com tarifas, entre 1993 e 1995, atingiu R\$1,5 bilhão, ou 93% (CYSNE, R. P. e COSTA, S. G. S., 1997: 341).

6/ No segundo semestre de 1994, os recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista foram elevados de 40% para 100%, na margem; os recolhimentos sobre depósitos de poupança, de 15% para 20% e depois 30%. Foram, também, instituídos compulsórios sobre depósitos a prazo, de 20% e, posteriormente, 30% e sobre empréstimos, 15% recolhidos em espécie (BACEN, 1996: 25). Houve ainda restrições quantitativas no mercado de crédito (FREITAS, M. C. P., 2000: 248).

7/ Como os bancos afetados inicialmente ainda eram pequenos, seu impacto na concentração também o foi. Só a partir do momento em que os grandes bancos são atingidos e que a reestruturação propriamente dita se inicia, por meio do Proer, ingresso de bancos estrangeiros, privatizações e F&A, é que a elevação da concentração se faz sentir.

2.1.2 – Problemas bancários sistêmicos de 1995 – 1996

As crises e reestruturações bancárias tendem a ampliar a concentração do mercado. Ao provocar o desaparecimento de concorrentes, a crise bancária redistribui clientes entre os bancos remanescentes, aumentando sua participação de mercado. A reestruturação, que geralmente envolve F&A, incentivadas ou não, potencializa os efeitos concentradores sobre o setor. Deste fato deriva a importância de considerar os grupos bancários nos cálculos dos indicadores de concentração.

Pouco mais de um ano após o início do Plano Real, o ajuste do sistema bancário ainda encontrava-se restrito aos pequenos bancos. As medidas macroeconômicas restritivas sobre juros e crédito, somadas à falta de cultura de crédito e de sistemas de avaliação de riscos, já começavam a provocar efeitos sobre a inadimplência, com reflexos nos balanços de bancos, especialmente os varejistas. Nesse contexto, o Banco Central do Brasil (Bacen) interveio no Banco Econômico, em 11.8.1995. Em seguida, no mês de novembro, o Banco Nacional sofreu intervenção⁸. Essas medidas criaram insegurança no público quanto à solidez do setor bancário e, no mercado interbancário, provocaram aumento da aversão ao risco, causando o “empocamento da liquidez”, com bancos deficitários encontrando dificuldades para obter financiamentos.

Para impedir a eclosão de crise bancária sistêmica o governo adotou, em novembro de 1995, um conjunto de medidas preventivas. Dentre essas destacaram-se a criação do Proer e o incentivo a F&A, com bancos insolventes sendo assumidos por outras instituições (Medida Provisória 1.179, de 3.11; e Resolução 2.208, da mesma data); regulamentação do Fundo Garantidor de Créditos, com efeito retroativo ao início do Plano Real (Resolução 2.211, de 16.11); aumento do capital mínimo para abertura de novos bancos, desestimulando esse procedimento (Resolução 2.212, de 16.11) e ampliação dos poderes do Bacen (Medida Provisória 1.182, de 17.11, transformada em Lei 9.447, de 14.11.1997)⁹.

Embora 104 bancos tenham sofrido diferentes tipos de ajuste após o Plano Real (Bacen, 1999: quadro 3), as maiores e mais importantes operações, aquelas com possíveis efeitos de contágio, foram realizadas com recursos do Proer, conforme a Tabela 1.

8/ Nesses dois bancos, como posteriormente no Bamerindus, não chegou a ocorrer a fuga de depósitos clássica. Seus problemas de liquidez foram devidos a saques por parte de depositantes qualificados (outros bancos, investidores institucionais e grandes empresas), que dispunham de maior informação relativa ao real estado das instituições. A perda de liquidez tornou-se, portanto, sintoma de insuficiência patrimonial. Essa hipótese, denominada de “corrida silenciosa”, é defendida por MOURA, A. R. (1998).

9/ Uma análise mais detalhada desses e dos demais normativos que ampliaram a regulamentação prudencial e a supervisão e fiscalização bancárias pode ser encontrada em MENDONÇA DE BARROS, J. R. e ALMEIDA JR., M. F. (1997: 6-9), PUGA, F. P. (1999: 4-9) e LUNDBERG, E. L. (1999: 59-66). Uma cuidadosa visão operacional do Proer e de sua importância para a reestruturação bancária brasileira encontra-se em MAIA, G. V. S. (1999).

Tabela 1 - F&A bancárias com incentivos do Proer

Instituição	Comprador	Publicação
		D.O.U.
Banco Nacional	Unibanco	18.11.1995
Banco Econômico	Banco Excel	30.4.1996
Banco Mercantil	Banco Rural	31.5.1996
Banco Banorte	Banco Bandeirantes	17.6.1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23.8.1996
Banco United	Banco Antônio Queiroz	30.8.1996
Banco Bamerindus do Brasil	HSBC	2.4.1997

Fonte: Bacen (1999: quadro 27 e anexo III).

O conjunto de medidas preventivas foi bem sucedido em evitar o contágio de instituições saudáveis e impedir a deflagração de crise sistêmica, permitindo que a reestruturação ocorresse de forma praticamente indolor para os depositantes e com custo fiscal reduzido para o governo, se comparado com a experiência internacional de crises bancárias¹⁰. Nas palavras de Carvalho: “o que poderia ter sido uma crise sistêmica parece ter se tornado apenas uma situação de *distress*, ainda que severa” (1998: 323)^{11, 12}.

2.1.3 – Ingresso de bancos estrangeiros e privatizações

Restringindo a análise dos ingressos de bancos estrangeiros a seus efeitos sobre a variação do nível de concentração bancária, estes poderiam ser de duas ordens: por um lado, como qualquer abertura de novas instituições, os ingressos trariam pequena desconcentração ao mercado, visto que ou agregariam novos clientes ou teriam que disputá-los com os bancos já estabelecidos. Por outro lado, os ingressos via F&A não afetariam a concentração, a não ser que se tratasse de banco que já atuasse no país, o que provocaria elevação da concentração nas amostras dos grupos bancários ou em todas as amostras, caso ocorresse a consolidação entre as instituições.

Na recente abertura bancária brasileira foram registrados exemplos de todos os casos acima. Evidentemente, para os objetivos desta nota, as operações mais representativas foram as aquisições de instituições varejistas, como o Banco Real, nona maior operação de F&A (Tabela 4), e o Bandepe pelo ABN Amro e os bancos Noroeste, Geral do Comércio, grupo Meridional e o Banespa, segunda maior F&A, pelo Banco Santander Central Hispano (BSCH).

10/ Artigo de HONOHAN, P. e KLINGEBIEL, D. (2000: 4 e tabela A1) estima em 12,8% do PIB o custo médio da reestruturação bancária, a partir de amostra de 40 países. No Brasil, os desembolsos de Proer (R\$20,8 bilhões), somados aos saques a descoberto nas reservas bancárias (R\$10,6 bilhões), situaram-se em aproximadamente 4% do PIB do período.

11/ De acordo com o mesmo autor, *distress* é caracterizado como “aquelas situações nas quais problemas, mesmo se não-negligíveis, são ou restritos a algumas instituições financeiras, ou tenham suas seqüelas contidas e, em alguma extensão, neutralizadas pela ação do Banco Central como emprestador em última instância” (CARVALHO, F. J. C., 1998: 297).

12/ Essa classificação dos problemas bancários de 1995-1996 como *distress* não é unânime na literatura. Dentre os autores que consideram a ocorrência de crise bancária estão COSTA, F. N. (1999) e LUNDBERG, E. L. (1999). MOURA, A. R. (1998) e MENDONÇA DE BARROS, J. R. e ALMEIDA JR., M. F. (1997) caracterizam o período como “ajuste” apenas. Para LINDGREN, C. et al. (1996), que analisaram eventos de fragilidade de bancos em aproximadamente 140 países, o caso brasileiro foi classificado como “problemas bancários significativos”.

A abertura desse segmento à participação estrangeira está incluída no conjunto de medidas elencado para evitar a crise bancária pois, inicialmente, os ingressos deveriam estar relacionados a privatizações ou aquisição de instituições em dificuldades (Exposições de Motivos do Ministério da Fazenda 89, de 7.3.1995; e 311, de 24.8.1995)¹³. Essa foi a regra e a justificativa para os ingressos de bancos estrangeiros até a compra do Banco Real, que não apresentava dificuldades, pelo ABN Amro, no final de 1998, sendo que em todos os editais de privatização estava prevista a possibilidade de aquisição por parte de estrangeiros.

Como conseqüência da abertura, a participação dos bancos com controle estrangeiro nos ativos totais do setor bancário passou de 8,35%, em 1993, para 27,41%, em 2000. Elevações similares ocorreram no patrimônio, de 7,28% para 28,31%, nas operações de crédito, de 6,56% para 25,16%; e nos depósitos, de 4,83% para 21,14%, de acordo com dados do Bacen (2001: quadros 21 a 24)¹⁴.

As privatizações no setor bancário no período ocorreram principalmente no âmbito do Proes e sempre resultaram em aquisição por parte de bancos já atuantes no país (Tabela 2), ou seja, sua conseqüência foi a elevação da concentração medida pelos grupos bancários¹⁵. Da mesma maneira, os estímulos à redução da presença dos governos estaduais no mercado bancário, no âmbito do Proes¹⁶, ao causarem a diminuição no número de bancos, também resultaram em crescimento das medidas de concentração, proporcional ao tamanho da instituição.

2.2 – Fatores microeconômicos

Nesta seção foram relacionados os fatores que atuaram diretamente sobre a firma bancária, influenciando e modificando suas estratégias (novas tecnologias, novos produtos e a própria abertura bancária que, tornando mais contestável o mercado interno, provocou reações dos bancos nacionais) e a capitalização da instituição, no contexto das modificações na regulamentação prudencial. Novamente, a abordagem privilegia os efeitos desses fatores sobre a concentração. A seguir, são analisados os

13/ As Exposições de Motivos aproveitam-se de uma “brecha” legal (“interesse do Governo brasileiro”), instituída pelo parágrafo único do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para contornar o impedimento do *caput* do próprio artigo à expansão do capital estrangeiro no setor bancário, até a regulamentação do art. 192 da Constituição Federal.

14/ Análises mais aprofundadas e abrangentes da internacionalização bancária recente no Brasil, com as mudanças regulamentares, determinantes externos e internos, novas estratégias dos bancos estrangeiros e seus possíveis impactos no setor bancário nacional são realizadas por FREITAS, M. C. P. (1999) e CARVALHO, F. J. C. (2000 e 1999). CARVALHO, F. J. C. (2001) discute os primeiros resultados preliminares da internacionalização.

15/ Na amostra dos bancos privados, a privatização resulta em desconcentração, já que eleva o número de bancos considerados.

16/ Dos 35 bancos estaduais existentes em 1996, 10 foram extintos, 6 privatizados pelos governos estaduais, 7 federalizados para posterior privatização (uma já realizada, a do Banespa) e foi autorizada a instalação de 14 agências de desenvolvimento (não aceitam depósitos do público, não sendo, portanto, considerados bancos). Além dos bancos em processo de privatização, ainda restam 5 que foram reestruturados com recursos do Proes e 3 que não participaram do programa (BACEN/DEPEP/GCI, 8.2.2000). Para análise do Proes, ver MAIA, G. V. S. e PÉREZ, L. (2001).

Tabela 2 - Privatização de bancos públicos

Data	Instituição	Comprador	Valor (R\$ milhões)	Ágio (%)
26.6.1997	Banerj	Itaú	311	0,4
7.8.1997	Credireal	BCN	121	0,0
4.12.1997	Meridional	Bozano, Simonsen	266	55,0
14.9.1998	Bemge	Itaú	583	85,7
17.11.1998	Bandepe	ABN Amro	183	0,0
22.6.1999	Baneb	Bradesco	260	3,2
17.10.2000	Banestado	Itaú	1 625	303,2
20.11.2000	Banespa	Santander	7 050	281,1

Fonte: Bacen/Depep/GCI, 25.10.2000.

aperfeiçoamentos na regulamentação bancária, as inovações financeiras e a reação defensiva dos bancos varejistas nacionais aos ingressos de capital externo.

2.2.1 – Aprimoramento da regulamentação prudencial

As funções primordiais da regulamentação prudencial na área bancária são as de garantir a solidez e a estabilidade do sistema e a de proteger seus depositantes. Com esses objetivos, a autoridade monetária estabelece capitalização mínima para os bancos, dependendo da estrutura de risco de suas aplicações; regulamenta procedimentos operacionais e contábeis e, criando redes de segurança, institui órgãos de seguro de depósitos, além de atuar como emprestador de última instância. Entretanto, a busca da solidez do setor bancário, em grande parte das vezes, pode se tornar conflitante com o estímulo à competitividade do mercado¹⁷.

No caso brasileiro, o período posterior ao Plano Real, com a estabilização, os sérios problemas bancários e a reestruturação, caracterizou-se pela adoção de medidas prudenciais mais restritivas, visando consolidar a solidez do setor bancário. De acordo com Coutinho e Oliveira (1999), os problemas bancários levaram a que se privilegiasse a solidez do sistema, dando pouca atenção aos princípios de defesa da concorrência.

As normas do “Acordo da Basiléia” foram incorporadas à regulamentação brasileira pela Resolução 2.099, de 17.8.1994. Dentre seus princípios, os mais relevantes para a concentração são a exigência de capital mínimo, ponderado pelo risco das operações ativas do banco, de 8%, posteriormente elevado para 10% (Resolução 2.399, de 25.6.1997) e daí para 11% (Resolução 2.784, de 27.11.1997) e o aumento do capital inicial para a autorização de funcionamento de bancos (Resolução 2.212, de 16.4.95). Em princípio, o aumento do capital próprio necessário exigiria novos aportes dos controladores. Na incapacidade de realizá-los, eles poderiam vender o banco, admitir novos sócios ou reduzir as operações ativas. Na maioria dos casos, diante dessas

17/ A oposição potencial entre regulamentação e concorrência é descrita por VESALA, J. nos seguintes termos: “Existe um conflito de políticas entre trabalhar para acentuar a competição e nivelar a concorrência (*level-playing-field*) na atividade bancária e preservar a estabilidade do sistema financeiro, já que a estabilidade é aumentada pela força financeira dos bancos, i.e., altas margens e lucratividade” (1994: 134).

exigências, o sistema tende a apresentar maior nível de concentração, que pode se dar com redução do número de instituições ou com realização de F&A.

Outros exemplos de necessidade de maior capitalização, importantes para a solidez sistêmica, porém com viés concentrador, são os novos padrões de provisionamento para operações de crédito e a reforma do sistema de pagamentos brasileiro. A adoção de um número maior de níveis de provisionamento, de AA (zero) até H (100%), de acordo com a qualidade do cliente e do garantidor, da pontualidade no pagamento e das características da operação, determinada pela Resolução 2.682, de 21.12.1999, tende a afetar negativamente o patrimônio líquido dos bancos, especialmente por ser realizada *ex-ante*, obrigando a maior capitalização e potencialmente reduzindo o número de bancos no sistema, elevando a concentração.

A reforma do sistema de pagamentos, por sua vez, além de exigir investimentos na infra-estrutura de sistemas e de comunicação, exigirá maior quantidade de garantias dos bancos, pois o crédito implícito na liquidação diferida e pelo valor líquido e sem custo tende a desaparecer. Bancos que necessitem desse tipo de crédito e que não estejam dispostos a formar “colchão de garantias” para operar no novo sistema podem optar por retirar-se definitivamente do mercado ou abandonar sua condição de banco para transformar-se em outro tipo de instituição financeira, não-bancária¹⁸.

2.2.2 – Surgimento de novos produtos e tecnologias

O processo de desregulamentação que caracteriza os sistemas bancários em todo o mundo juntamente com as conquistas da tecnologia de informação e das telecomunicações têm tido profundos impactos na escala e no escopo de operações dos bancos e no leque de produtos ofertados (inovações financeiras). As conseqüências desse movimento para a concentração bancária são difíceis de precisar. Considerando-se o crescimento de escala, cada vez mais o mercado relevante para determinadas atividades bancárias passa a ser global, existindo, portanto, tendência à consolidação¹⁹. A mesma tendência existe quanto à convergência ao modelo de bancos universais, com a progressiva eliminação da segmentação no setor e o aproveitamento de economias de escopo. A necessidade de constante atualização tecnológica, acarretando pesados investimentos, também tende a reduzir o número de participantes no mercado, com a tecnologia funcionando como barreira à entrada de novos concorrentes e como estímulo à saída das firmas marginais (Vasconcelos e Strachman, 2001).

18/ Análise detalhada da adequação da regulamentação bancária nacional ao “Acordo da Basileia” pode ser encontrada em MENDONÇA DE BARROS, J. R. et al. (1998). As medidas tomadas durante e após 1995 – 1996 são discutidas em MENDONÇA DE BARROS, J. R. e ALMEIDA JR., M. F. (1997). Para as propostas de reforma do sistema de pagamentos brasileiro, ver a página do Bacen na internet (<http://www.bcb.gov.br>). Estudo sobre o estado atual da regulamentação prudencial no país encontra-se em NÓBREGA, L. B. (2001).

19/ Essa tendência opera conjuntamente com a abertura e a liberalização dos mercados bancários ao redor do mundo. Para pesquisas recentes sobre a consolidação no setor financeiro, ver BERGER, A.N. et al. (1999) e GROUP OF TEN (2001). Para abordagem ampla e detalhada do processo de consolidação transfronteiras no setor, ver BERGER, A. N. et al. (2000).

Por outro lado, a criação de novas formas de distribuição de produtos financeiros e a maior disponibilidade de informação aos agentes (comparação de risco, qualidade e preço) pode estimular a concorrência e o surgimento de novas instituições. Da mesma forma, as inovações financeiras e os novos mercados que surgem com elas também admitem a formação de nichos, possibilitando a permanência de instituições especializadas. A tendência que prevalece deverá ser tema de investigações posteriores²⁰.

2.2.3 – Reação defensiva dos bancos nacionais

A abertura do setor bancário brasileiro ao capital externo, após o Plano Real, ampliou a contestabilidade do mercado, anteriormente fechado e com concorrentes bem definidos. A partir desse momento, colocou-se para os grandes bancos privados nacionais, varejistas, a necessidade da defesa de sua liderança e de seu poder de mercado (*market share*). Essa reação defensiva também buscava evitar que a instituição se tornasse vítima de aquisição pelos bancos estrangeiros. Ao estimular F&A por parte dos líderes domésticos, a abertura efetivamente contribuiu para maior concentração bancária.

Até a aquisição do Banespa pelo Santander, excluída a compra do Bandepe pelo ABN Amro, as privatizações pareciam foro de disputa exclusiva dos bancos domésticos. No setor privado, o capital nacional realizou o maior número de operações de F&A, tendo inclusive readquirido o controle de bancos vendidos a estrangeiros. Nesse sentido, após insucessos na administração e seguidas capitalizações, a Caixa Geral de Depósitos vendeu o Banco Bandeirantes para o Unibanco, e os grupos Espírito Santo e Crédit Agricóle, juntamente com o nacional Monteiro Aranha, venderam o Boavista Inter-Atlântico ao Bradesco.

3. Apresentação e análise dos indicadores de concentração

Para o cálculo dos níveis de concentração no setor bancário brasileiro foram utilizadas duas medidas estatísticas: a razão de concentração (RC) e o índice de Hirschman-Herfindahl (IHH)²¹. A RC é, simplesmente, a participação percentual dos k maiores bancos no total consolidado do setor, de acordo com a seguinte fórmula:

$$RC_k = \left(\sum_{i=1}^k \frac{x_i}{x} \right) 100 \quad k \leq n.$$

20/ Uma abordagem mais detalhada dos efeitos da tecnologia sobre o setor bancário é feita pelo Banco Central Europeu – BCE (1999). Embora se refira ao caso europeu, suas análises são facilmente generalizáveis para os demais sistemas nacionais. Para os efeitos na concentração, ver especialmente o item 2.4, pp. 29-33.

21/ A discussão, nesta nota, das medidas de concentração deve muito a HOFFMANN, R. (1997). Ver também CETORELLI, N. (1999) e JUCÁ, A. (1994).

Dessa maneira, a RC do maior banco varia de um mínimo tendendo a zero em um mercado perfeitamente concorrencial, onde existe grande número de empresas homogêneas com tamanho insignificante diante do mercado, até 100%, no caso de monopólio. Embora essa medida seja bastante utilizada e de fácil interpretação por seu resultado ser intuitivo, a RC apresenta importante limitação ao considerar somente a relação entre os k maiores bancos e o total. Assim, o indicador não capta modificações da concentração no restante do mercado, a não ser indiretamente, caso haja impacto no resultado consolidado. Na análise foram utilizadas as RC dos 2, 5, 10 e 20 maiores bancos.

O IHH elimina a restrição apontada em relação à RC, pois considera a participação relativa, elevada ao quadrado, de todos os bancos existentes. Tal qual a RC, o IHH tende a zero nos casos teóricos em que a estrutura de mercado se aproxima da concorrência perfeita e tem o máximo em 1 no caso de monopólio. Como medida de concentração que reúne todas as qualidades estatísticas desejáveis²², o IHH é o principal indicador utilizado nas análises sobre concentração bancária²³. O IHH foi calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$IHH = \sum_{i=1}^n \left(\frac{x_i}{x} \right)^2$$

Para efetuar os cálculos da evolução da concentração, foram utilizadas as séries semestrais, do primeiro semestre de 1994 (1994.I) ao segundo semestre de 2000 (2000.II), de quatro agregados do balanço patrimonial dos bancos, a saber: ativos totais, depósitos totais, operações de crédito e patrimônio líquido ajustado (PLA). A fonte dos dados são os balanços do setor bancário, compilados pelo Bacen na forma do “*Ranking dos Bancos*” comerciais, múltiplos e caixa econômica, divulgados na página na internet (<http://www.bcb.gov.br>).

Foram utilizadas quatro diferentes amostras do setor bancário em cada conta do balanço para a avaliação dos respectivos níveis de concentração:

- a) **total do setor bancário**: amostra mais geral, incluindo bancos públicos e privados, não considerando os grupos bancários;
- b) **total do setor bancário – grupos**: abrange bancos públicos e privados, considerando os grupos bancários formados no atual processo de aquisições, a partir do semestre em que as mesmas ocorreram ou foram aprovadas;

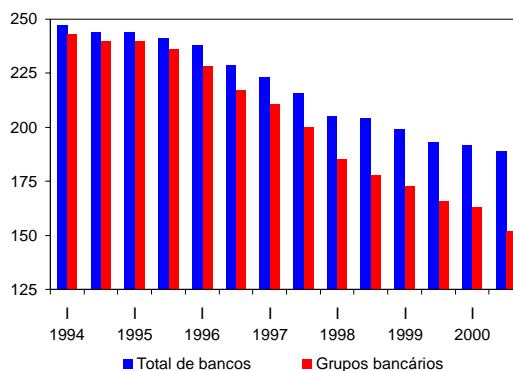
22/ As características são: não-ambigüidade; depender da participação relativa (e não absoluta) das empresas no mercado e não do tamanho deste; abranger todas as instituições; ser função decrescente do número de firmas no caso de mercado composto por firmas do mesmo tamanho; e variar de 0 a 1.

23/ Para o caso brasileiro, por exemplo, os textos de MATOS, O. C. (1999), JUCÁ, A. (1994) e RESENDE, M. (1992). Para a comparação entre os países da América Latina, ABUT, D. A. et al. (2001) e ABUT, D. A. (2000). Nos EUA, a própria regra para análise anti-truste baseia-se no IHH – ver DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA DOS EUA e COMISSÃO FEDERAL DE COMÉRCIO DOS EUA (1997). Indicações para a extensa bibliografia sobre concentração e consolidação, principalmente nos EUA, estão no *survey* de BERGER, A. N. et al. (1999).

- c) **total do setor bancário privado**: similar à 1 na desconsideração dos grupos bancários, exclui os bancos públicos, agregando as instituições privatizadas a partir do semestre em que as operações ocorreram;
- d) **total do setor bancário privado – grupos**: constrói os grupos bancários a partir da amostra 3.

No período analisado, houve importante redução no número de instituições, devido, inicialmente, aos problemas bancários de 1995 – 1996 e, posteriormente, à reestruturação do setor, extinção de bancos públicos, F&A e novas condições concorrenciais em ambiente de baixa inflação, liberalização e abertura. O total dos bancos considerados na amostra reduziu-se de 247, em 1994.I, para 189, em 2000.II. Nas mesmas datas, houve diminuição de 50% no número de bancos públicos e de 19,53% no de privados, para 173. Os grupos bancários, que por construção declinam mais acentuadamente que o total, passam de 243 para 152, reduzindo-se em mais de um terço. A amostra dos grupos bancários privados ao final do período contava com 136 instituições, redução de 35,55%.

Gráfico 1 - Número de instituições



Além da diminuição no número de bancos, nas séries que incluem a formação dos grupos bancários devem ser consideradas as F&A ocorridas a cada semestre. Com esse objetivo, foram pesquisadas e enumeradas as operações domésticas, as externas que tiveram impactos no mercado bancário brasileiro (7) e ainda quatro casos de bancos internacionais que atuam no país como bancos privados nacionais com controle estrangeiro e como bancos comerciais estrangeiros (ver Tabelas 1 a 3 no Anexo II). As 39 operações domésticas, semestre a semestre, estão resumidas na Tabela 3.

Note-se que os anos de 1997, de 1998 e de 2000, além de representarem, em conjunto, 71,8% da quantidade de F&A observadas, também reúnem as operações com maior impacto na concentração bancária, medida pelo IHH²⁴. As dez maiores operações, do ponto de vista de seus impactos na consolidação do sistema financeiro,

24/ O impacto é a variação do IHH considerando somente a aquisição em questão no semestre em que ocorreu ou foi aprovada. Foi medido sobre os ativos totais dos grupos do setor bancário.

**Tabela 3 - F&A bancárias consideradas,
por semestre**

Período		Quantidade
1994	I	0
	II	0
1995	I	0
	II	1
1996	I	5
	II	3
1997	I	1
	II	5
1998	I	4
	II	7
1999	I	1
	II	1
2000	I	3
	II	8
TOTAL		39

Fonte: elaborado a partir dos dados do Anexo II.

estão listadas na Tabela 4. A maior foi a compra do grupo bancário BCN pelo Bradesco, em 1998.I, elevando o IHH em 0,032. Dentre as demais, destacaram-se cinco privatizações (Banespa, Bemge, Banestado, Baneb e Banerj), duas aquisições de bancos estrangeiros por nacionais (Boavista Inter-Atlântico pelo Bradesco e Bandeirantes pelo Unibanco) e uma de nacional por estrangeiro (Real pelo ABN Amro).

O conjunto das estatísticas torna evidente a importância da utilização das diferentes amostras na composição de um quadro mais preciso e detalhado da evolução da concentração bancária recente no Brasil. Os Gráficos 2 e 3 resumem as maiores discrepâncias ao cotejar os resultados do IHH para o total do setor bancário e para os grupos privados.

Tabela 4 - Dez maiores F&A

Nº	Instituição vendida	Instituição compradora	Período	Impacto ^{1/}
1	BCN/Credireal/Crefisul	Bradesco	1998.I	0,003247
2	Banespa	BSCH	2000.II	0,002111
3	Bemge	Itaú	1998.II	0,001437
4	Boavista Inter-Atlântico	Bradesco	2000.II	0,001162
5	Banestado	Itaú	2000.II	0,001142
6	Baneb	Bradesco	1999.II	0,000883
7	Pontual/Continental/Martinelli	Bradesco	1999.I	0,000712
8	Banerj	Itaú	1997.II	0,000609
9	Real	ABN Amro	1998.II	0,000568
10	Bandeirantes/Financal Português	Unibanco	2000.II	0,000503

Fonte: elaborado a partir dos dados do Anexo II.

1/ Impacto é a variação do IHH considerando somente a aquisição em questão no semestre em que ocorreu.

Foi medido sobre os ativos totais do setor bancário.

O nível de concentração tomando-se o total dos bancos, medido pelo IHH, indicou redução para os ativos e para as operações de crédito²⁵, entre 1994 e 2000, de 6,33% e de 15,7%, respectivamente. A diminuição da concentração no PLA foi ainda

25/ A significativa elevação da concentração dos empréstimos entre 1997.I e 1999.I será analisada no item 3.3.

Gráfico 2 - IHH: Total do setor bancário

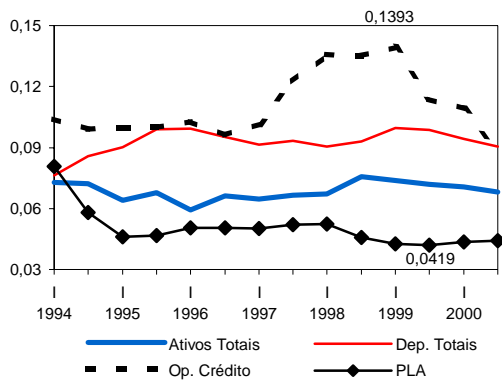
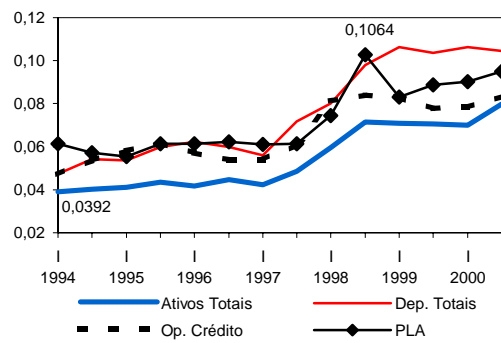


Gráfico 3 - IHH: Total dos grupos bancários privados



maior, 45,21%. Apenas para os depósitos totais verificou-se crescimento do nível de concentração no período, 18,24%. Esse resultado pode ser explicado pelo fato do universo não ter considerado as F&A. O patamar de concentração observado nessa amostra, excetuando a do PLA, foi mais elevado pela presença do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF), que somados representaram, na média do período, 31,46% dos ativos totais, 37,97% dos depósitos e 40,23% das operações de crédito. Enquanto o primeiro fator subestima a concentração efetiva, o segundo torna o comportamento do IHH bastante dependente das variações no desempenho do BB e da CEF.

Nos grupos bancários privados, dada a ausência dos dois fatores acima, registrou-se elevação no nível de concentração, quase que constante, especialmente após 1997. I refletindo a aceleração do movimento de F&A. O aumento da concentração entre 1994.I e 2000.II, de acordo com o IHH, variou entre 54,88%, para o PLA, e 120,58%, para os depósitos totais. Assinale-se que o patamar médio do IHH no período, foi bastante inferior ao das séries que consideraram o BB e a CEF²⁶, embora em 2000.II os grupos bancários tenham apresentado maior concentração que o total dos bancos, exceto, por pequena margem, nos empréstimos.

Quando se analisa o total dos bancos, considerando ou não a constituição dos grupos bancários, verifica-se a existência de ordenação entre os patamares de concentração das séries, do PLA, passando pelos ativos totais e depósitos totais, até as operações de crédito, em ordem crescente. Evidentemente a hierarquia entre as séries é, novamente, determinada pelas participações de mercado do BB e da CEF em cada conta. No caso do setor privado, em ambas as amostras, a série menos concentrada é a dos ativos totais e, no final do período, os depósitos apresentam a maior concentração, mostrando a importância e o impacto da formação de grandes grupos bancários varejistas privados.

26/ O IHH médio dos grupos privados foi inferior ao do total dos bancos em 20,52% nos ativos totais, 17,96% nos depósitos totais e 39,61% nas operações de crédito. Somente no caso do PLA a concentração nos grupos privados é 44,16% superior. Os números, grosso modo, variam conforme a participação relativa do BB e da CEF no mercado.

3.1 – Ativos totais

A evolução da concentração considerando-se os ativos totais, medida pelo IHH, apresentou resultados distintos conforme as séries do total do setor bancário, das instituições privadas ou dos grupos bancários. O desempenho do total dos bancos foi fortemente influenciado pelo comportamento das duas grandes instituições públicas federais, o BB e a CEF. Dessa maneira, a concentração registrou períodos claros e bem caracterizados. Para os bancos privados, observou-se aumento gradual, porém contínuo, no índice de concentração. No caso dos grupos bancários privados, a evolução da concentração foi bastante acelerada, especialmente entre 1997 e 1998 e no segundo semestre de 2000.

Considerando todo o setor bancário, o IHH acompanhou a RC2 (BB e CEF), cuja participação no mercado atingiu cerca de um terço²⁷. Dessa maneira, foram observados três períodos: de 1994.I a 1996.I ocorreu desconcentração, com todos os indicadores atingindo o mínimo; em seguida, até 1998.II, houve reconcentração, com RC2 (34,64%) e IHH (0,0757) alcançando seus máximos; e depois, até o final do período, quando houve nova diminuição da concentração. Observando o resultado das RC percebeu-se discrepâncias nos anos mais recentes, que apontam a continuidade da reestruturação e da busca de escala nos bancos privados. A RC5, a RC10 e a RC20 cresceram a partir de 1999, com as duas últimas atingindo máximo em 2000.II²⁸.

Para a amostra com os grupos bancários, dada a manutenção da importância relativa do BB e da CEF, o comportamento do IHH e das RC foi o mesmo do observado no total dos bancos, apenas elevando seu patamar, com o nível do IHH 18,98% maior em 2000.II. No último semestre, entretanto, principalmente pelo impacto da venda do Banespa, registrou-se elevação em todos os indicadores de concentração, exceto RC2.

Gráfico 4 - Total do setor bancário: ativos totais

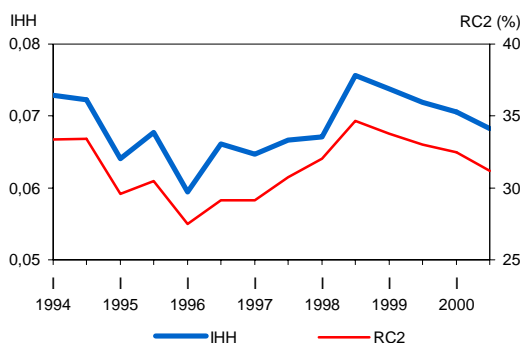
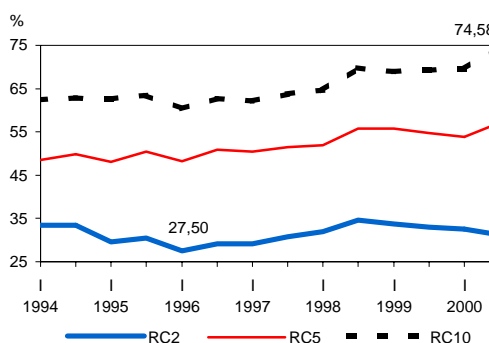


Gráfico 5 - Total dos grupos bancários: ativos totais



27/ A correlação entre ambos é quase perfeita, atingindo 0,9654 no período analisado.

28/ Se for eliminado o impacto do BB e da CEF na RC5, calculando apenas a RC do terceiro, quarto e quinto maiores bancos sobre o total, o indicador torna-se crescente a partir de 1998.II, mostrando o fortalecimento dos maiores bancos privados ante seus concorrentes públicos.

A primeira diferença marcante entre o total de bancos e a amostra apenas com instituições privadas é o patamar significativamente menor do IHH neste último caso, devido à ausência dos grandes bancos públicos. Na média do período, o IHH do setor privado (0,043) correspondeu a 62,62% do IHH total. Outra discrepância foi a tendência constante de aumento da concentração, com os máximos ocorrendo em 1999.I, para o IHH e para a RC2, e em 2000.II, nos demais. Enquanto no total do setor os ativos totais apresentaram ligeira desconcentração ponta-a-ponta, nos bancos privados ocorreu o contrário, com variação positiva de 22,75%.

Os grupos bancários privados caracterizaram-se por acentuada elevação da concentração, com o crescimento do IHH entre 1994.I (0,0392) e 2000.II (0,0798) alcançando 103,57%. A importância das F&A na estrutura do setor e da consideração de grupos bancários nos cálculos da concentração pode ser demonstrada pelo acréscimo de 26,93% no IHH médio do período quando comparadas as séries dos bancos e dos grupos privados²⁹. As F&A ocorreram principalmente entre os maiores bancos privados, o que pode ser constatado pela evolução da RC2 e da RC5. Os dois maiores grupos privados, Bradesco e Itaú ao longo de todo o período, ampliaram sua participação de 18,68% para 30,7%. Os três grupos bancários seguintes tiveram sua participação oscilando entre 15% e 20%, atingindo 24,78% no último semestre analisado, sob o impacto das vendas do Banco Bandeirantes ao Unibanco e do Banespa ao Banco Santander Central Hispano (BSCH).

Gráfico 6 - IHH: ativos totais

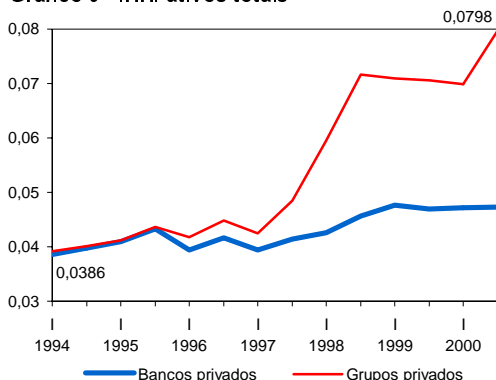
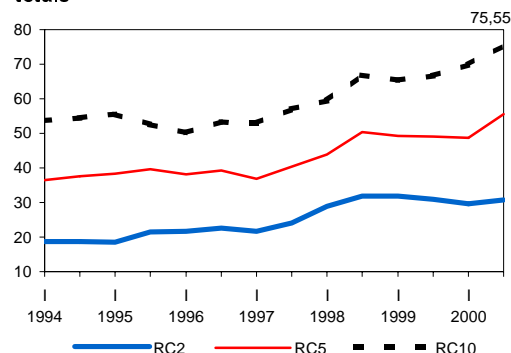


Gráfico 7 - Grupos privados: ativos totais



Em resumo, as grandes modificações estruturais pelas quais passou o setor bancário no período tiveram impactos diferentes na concentração, dependendo da amostra analisada. O primeiro ano de estabilização inflacionária, semestres de 1994.II e 1995.I, provocou desconcentração do total de bancos e grupos bancários, que se manteve até 1996.I, quando atingiram o mínimo. No setor privado o efeito foi oposto, apontando reação mais rápida destes bancos aos aumentos na demanda por moeda e por crédito que acompanham a estabilização. Os demais eventos, a compra de instituições domésticas por bancos estrangeiros, as F&A e as privatizações³⁰ foram, por definição, captados apenas pelos grupos bancários, exceto quando a transferência de controle tenha implicado incorporação.

29/ Considerando apenas o período com maior ocorrência de F&A, a partir de 1997.I, o IHH dos grupos privados é 43,32% superior aos dos bancos privados.

30/ As privatizações ocasionam desconcentração nos bancos privados ao incluir uma nova instituição, geralmente maior que a média, em seu total. Nos grupos bancários privados, no entanto, o efeito foi inverso, pois todas as instituições privadas foram adquiridas por bancos já participantes do mercado.

3.2 – Depósitos totais

Nas séries da evolução da concentração que mediram a participação de mercado tomando-se os depósitos totais (conta 4.1.0.00.00-7 do Cosif), ficou ainda mais evidente a importância dos maiores bancos, BB e CEF, considerando o universo, e Bradesco e Itaú para a trajetória do setor privado. Em ambos os casos, a RC2 é superior à dos ativos. Outro aspecto observado foi a elevação significativa do IHH e da RC2, em todas as séries, entre 1994.II e 1995.II, que foi interpretado como incipiente corrida de clientes em busca de segurança, associado ao fato dos bancos públicos aparentarem ter garantias governamentais implícitas e os grandes bancos privados apresentarem qualidade ou solidez, à época dos problemas bancários de 1995.

O BB e a CEF foram os maiores beneficiários dessa “fuga”. Medido pela RC2 do total dos bancos, entre 1994.I e 1995.II, a participação dessas instituições cresceu 7,82 pontos percentuais, alcançando seu valor máximo em todo o período analisado, 40,26%. A elevação em termos de participação nos depósitos totais nos três bancos seguintes resumiu-se a 1,07 ponto percentual enquanto os demais perderam participação de mercado³¹. Note-se que os cinco maiores bancos detiveram, em média, 57,09% do total de depósitos do sistema. A trajetória da concentração medida pelo IHH foi paralela à da RC2, elevando-se 29,61% entre os mesmos semestres de 1994 e 1995. Em função desse fator, não foi observado efeito de diminuição da concentração bancária após a estabilização inflacionária. As RC10 e RC20 apresentam máximos ao final do período, concomitantemente à perda de participação do BB e da CEF, demonstrando ainda existir espaço para aumento posterior da concentração.

Quando se analisa a concentração a partir dos grupos bancários o movimento foi, em geral, o mesmo. A grande diferença é que ficou mais evidente novo ciclo de aumento da concentração ao final do período, com todas as RC, exceto obviamente a RC2, atingindo pontos máximos em 2000.II.

Gráfico 8 - Total do setor bancário: depósitos totais

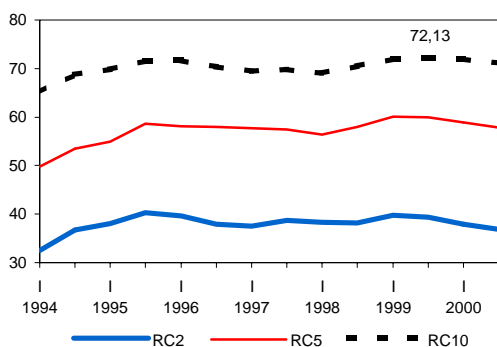
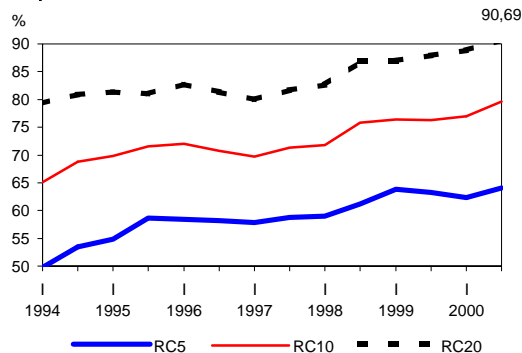


Gráfico 9 - Total dos grupos bancários: depósitos totais



31/ Para esse cálculo, considerou-se o *market share* dos bancos de determinada categoria, excluindo-se os da categoria anterior.

Dessa forma, para a RC5 excluiu-se os dois maiores bancos, para a RC10, os cinco maiores e para a RC20, os dez maiores.

Na série dos bancos privados, por sua vez, a tendência de elevação dos níveis de concentração foi praticamente constante ainda que os patamares sejam expressivamente inferiores aos observados no total dos bancos. Comparando o final do período com o primeiro semestre de 1994, os aumentos do IHH e da RC2 atingiram 40,59% e 46%, respectivamente. Durante 1995, quando houve a eclosão dos problemas bancários, só foi registrado aumento na RC2, que elevou-se 16,06%. A concentração aumentou especialmente após 1998 e até 2000.I, quando registrou-se IHH máximo. No segundo semestre de 2000, com duas grandes privatizações, Banestado e Banespa, os indicadores reduziram-se pelo efeito do aumento da amostra de bancos privados. Por fim, nos grupos bancários privados, onde se considera a consolidação via F&A, que ocorreu primordialmente em torno dos grandes bancos privados de varejo, o crescimento da concentração atingiu significativos 120,58% no IHH, que alcançou 0,1045 em 2000.II. O RC20 atinge, no final do período, o maior número absoluto em todas as séries, 90,47%. A partir de 1997, essa variação passa a ocorrer aos “saltos”, como reflexo da aquisição de novos bancos aos líderes do mercado.

Gráfico 10 - IHH: depósitos totais

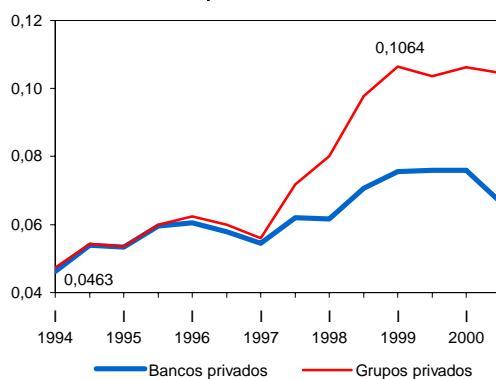
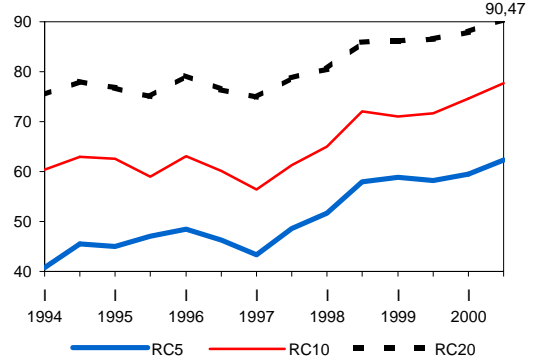


Gráfico 11 - Grupos privados: depósitos totais



O crescimento da concentração nos depósitos totais parece mostrar que, após episódios de corrida de clientes, não há senão retorno parcial dos depositantes e, portanto, as instituições percebidas como seguras aumentaram de maneira permanente sua participação no mercado. O patamar de concentração dos grupos bancários privados, 40,37% acima do dos bancos privados, na média de 1998 a 2000, demonstra a importância das F&A como mecanismo de obtenção de participação no mercado. Ou seja, ganhar acesso a *funding* de baixo custo parece constituir-se um dos objetivos das F&A.

3.3 – Operações de crédito³²

No Brasil, a estabilização inflacionária criou condições favoráveis à expansão do crédito bancário. A demanda crescente por empréstimos no primeiro ano após o

32/ MATOS, O. C. (1999: 14) faz ressalvas a essa série pela prática, principalmente de alguns bancos estatais, de incorporar rendas a apropriar aos valores do crédito, viesando os dados. O mesmo problema poderia, em tese, ocorrer também com os ativos totais.

Plano Real foi atendida, principalmente, pelos grandes bancos varejistas privados, refletindo-se nos indicadores de concentração. No entanto, esta série das operações de crédito (conta 1.6.0.00.00-1 do Cosif) apresentou a maior participação dos bancos públicos dentre todas as analisadas³³. Em função disso, os IHH médios do total dos bancos e dos grupos bancários foram os maiores dentre todos os calculados nesta nota. Os anos de 1999 e 2000 apontaram reduções significativas, tanto na RC2 (BB e CEF) quanto no IHH.

Nas operações de crédito do total dos bancos, o BB e a CEF foram responsáveis, em média, por 40,23% do crédito ofertado no período. Altamente correlacionado com a RC2 (0,89 no período), o IHH médio, 0,1105, foi o mais elevado dentre os calculados para a amostra a partir das contas de balanço selecionadas. Entre 1997 e o primeiro semestre de 1999, houve significativa elevação na concentração dos empréstimos, quase que inteiramente justificada pelo crescimento da RC2. Em 1999.I, o IHH atingiu 0,1393. Essa variação acentuada do indicador parece ser a contrapartida da redução do crescimento do crédito no setor privado devido às instabilidades macroeconômicas da época, movimento que não ocorreu, ou aconteceu em menor escala, nos bancos públicos. Situação inversa aconteceu após a desvalorização cambial, com o importante aumento nos empréstimos privados, que diminuiu a RC2 (-9,86 pontos percentuais entre 1999.I e 2000.II) e ampliou o *market share* das instituições privadas. A desconcentração observada foi responsável pelo menor IHH do período, 0,0877.

Quando considera-se a concentração nos grupos bancários no total do setor, dada a expressiva participação dos grandes bancos federais, a elevação média da concentração resume-se a 2,36%. É nessa amostra, entretanto, que se alcança o maior nível de concentração dentre todas as consideradas, com o IHH atingindo 0,1439 em 1999.I. Ressalte-se que a concentração medida pela RC10 e pela RC20 cresceu no final do período.

Gráfico 12 - Total do setor bancário: operações de crédito

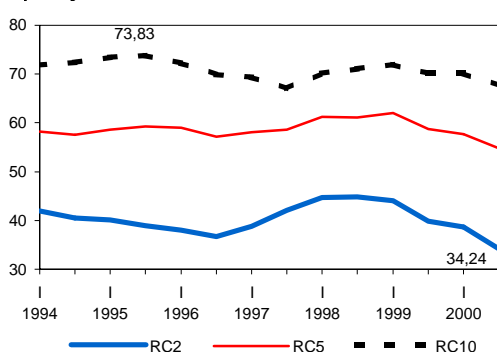
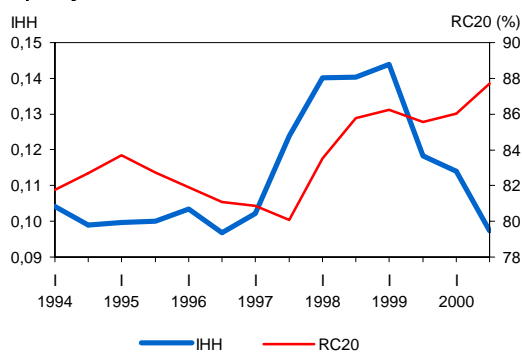


Gráfico 13 - Grupos bancários: operações de crédito



33/ No caso do Banespa, a série foi descontinuada após sua federalização, em 23.12.1997. A partir de 1997.II, portanto, seus créditos contra o Estado de São Paulo passaram para a União, em troca de títulos públicos federais (PUGA, F. P., 1999: 29). Suas operações de crédito reduziram-se de R\$27,59 bilhões (13,34% do mercado) para R\$2,93 bilhões (1,6%), com o Banespa passando de segundo a nono no *ranking*. Essa operação diminuiu o total de empréstimos, provocando aumento na concentração, sentido na RC2 (elevação de 2,56 pontos percentuais) e no IHH (20,97%), que está na origem do elevado patamar de concentração entre 1997 e 1999.

Considerando apenas os bancos privados, existiu aumento da concentração no início do período, logo após a estabilização, seguido de curto, porém significativo, declínio no ano de 1996. A concentração voltou a crescer a partir de 1997.I até alcançar seu máximo em 1999.I (IHH de 0,0627), diminuindo até 2000.II sob o efeito das privatizações desse semestre, porém não tanto quanto o total dos bancos. A variação do IHH ponta-a-ponta alcançou 21,73%. O comportamento das RC mostrou que apenas a RC2 apresentou aceleração da concentração, alcançando seu maior valor em 1999.I, 28,03%. As demais tiveram pontos de máximo em 1995.I e o movimento de concentração, iniciado a partir de 1997, não conseguiu superar aquele patamar.

O quadro é inteiramente diferente quando se utiliza a amostra dos grupos bancários privados. Não apenas o declínio observado em 1996 foi menos acentuado como, principalmente, a elevação da concentração entre 1997 e 1999 foi consideravelmente maior, refletindo o impacto das F&A no setor. O IHH, cujo valor mínimo, 0,0469, foi observado em 1994.I, variou 77,55% até 2000.II. O crescimento da concentração, medido pelas RC5 a RC20, ultrapassa, no final do período, em larga medida o registrado em 1995.I, com aceleração principalmente a partir de 1997.

Gráfico 14 - IHH: operações de crédito

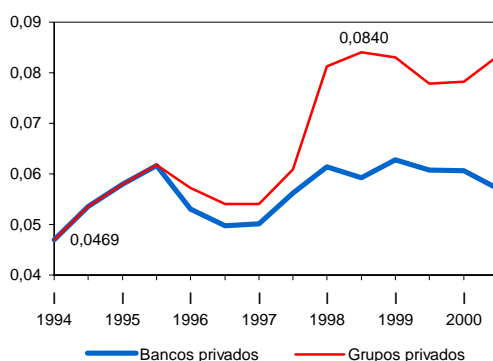
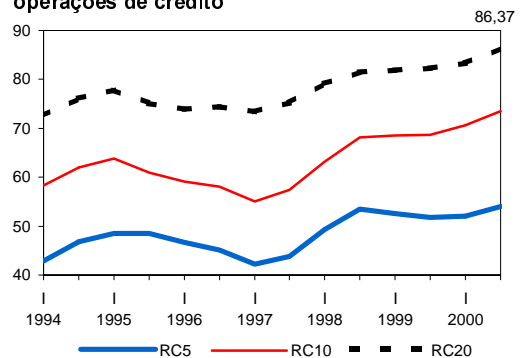


Gráfico 15 - Grupos privados: operações de crédito



O impacto da expansão/retração dos grandes bancos públicos federais foi decisivo para a variação da concentração das operações de crédito, não obstante sua perda de participação de mercado nos dois últimos anos, tornando evidente sua posição de *market makers*. No período mais recente, a partir de 1999.I, as três amostras apresentaram redução da concentração, exceto os grupos privados, o que recoloca a necessidade de incorporar as F&A nas análises de concentração e de estrutura do mercado bancário brasileiro.

3.4 – Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

Na apuração do patrimônio líquido dos bancos consideram-se as contas “capital”, “reservas” e “lucros (prejuízos) acumulados”. O PLA, divulgado pelo Bacen a partir dos balanços dos bancos múltiplos, comerciais e da CEF, é obtido ajustando-se o patrimônio líquido do semestre anterior pelas capitalizações e constituição de reservas acrescido (reduzido) dos lucros (prejuízos) do exercício. Dessa maneira, a evolução da concentração bancária, medida pelo PLA, resulta em *proxy* de como está distribuída

a capitalização do setor, que decorre não só das diferentes estratégias de atuação de cada instituição, mas também das exigências da regulamentação prudencial.

Para o mercado bancário brasileiro no período analisado, no entanto, este indicador pode apresentar problemas decorrentes do PLA negativo observado nas instituições liquidadas (Matos, 1999: 15). Nos semestres de 1995.II e 1996.I, os bancos com PLA negativo representaram 37,6% e 49% do total, na ordem, refletindo os sérios problemas sistêmicos que afetaram o setor. A elevada incidência de resultados negativos voltou a se manifestar entre 1997.I e 1998.I, respectivamente, 9,96%, 15,65% e 10,41%. No cálculo do IHH, que eleva ao quadrado a participação relativa de cada instituição, e também no das RC, é indispensável excluir informações negativas. Com isso, a amostra do PLA incluiu um número menor de bancos que as demais séries.

Para o total dos bancos, a série do PLA é a com o menor nível de concentração dentre as quatro contas de balanço analisadas, com o IHH médio situando-se em 0,0503, e, também, a única a apresentar tendência praticamente constante de desconcentração no IHH, cujo resultado em 2000.II é 45,21% menor que o de 1994.I. Boa parte da redução nos indicadores de concentração ocorreu entre 1994.I e 1995.II, com o IHH reduzindo-se 42,12% e a RC2, 36,97%. Dentre as possíveis explicações para esse desempenho está o aumento da capitalização dos bancos privados com as mudanças na regulamentação prudencial do período. Merece destaque também o impacto da capitalização de R\$8 bilhões do BB, realizada em 1996.I. Com essa operação, a participação do BB no mercado elevou-se de 11,96% para 17,78%, voltando a liderar o *ranking*, e seu PLA cresceu R\$1,87 bilhão, provocando aumento de 2,5 pontos percentuais na RC2. Os indicadores de concentração apresentaram ligeira expansão em 2000.

Constituindo-se grupos bancários a partir do total dos bancos, o quadro apresenta-se inteiramente diferente. Os indicadores declinaram apenas nos dois primeiros anos, para depois registrarem tendência quase constante de crescimento, alcançando os maiores níveis do período em 2000.II, exceto a RC2. Além de inverter a tendência, os grupos bancários apresentaram-se, na média do período, 19,19% mais concentrados que o total dos bancos, segundo o IHH.

Gráfico 16 - IHH: patrimônio líquido ajustado

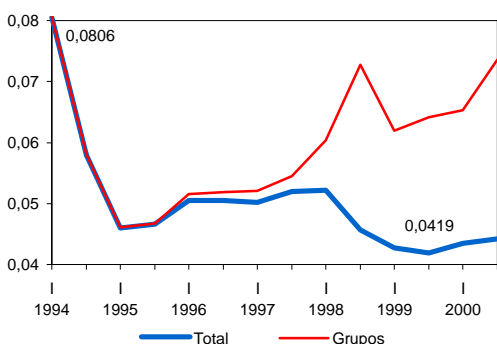
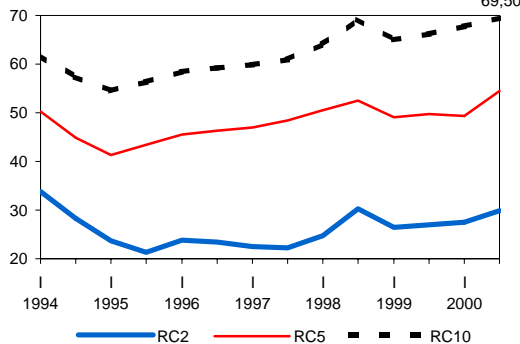


Gráfico 17 - Grupos bancários: patrimônio líquido ajustado



Os bancos privados, à semelhança do total do setor, apresentaram grande desconcentração entre 1994.I e 1999.I, redução de 23,37% no IHH, tendência que se reverteu nos últimos semestres do período. Ainda comparando com o total dos bancos, a série de PLA das instituições privadas foi a única a apresentar patamar mais elevado de concentração. A possível causa da desconcentração foi a realização de grandes aportes de capital pelos bancos compradores nas instituições adquiridas a título de adequação à regulamentação prudencial e de aproveitamento de créditos fiscais. A análise dos grupos bancários privados, que consegue captar esse movimento, demonstra que o grau de concentração aumentou constantemente. O IHH médio do período situou-se 32,49% acima do dos bancos privados³⁴.

As RC permitem estabelecer medida de concentração absoluta do capital no setor bancário. Analisando as amostras que incluem os grupos bancários, reunião de todos os bancos de propriedade de um mesmo controlador, observou-se que, para o total dos bancos, os cinco maiores grupos bancários detiveram, no período, média de 48,05% do PLA e os vinte maiores, 74,38%. Para os grupos bancários privados, que excluem a participação do capital estatal, destaque-se a participação dos dois maiores grupos, Bradesco e Itaú, com média de 33,2% do total. As demais RC dos grupos privados foram similares as do total dos grupos bancários.

Gráfico 18 - IHH: patrimônio líquido ajustado

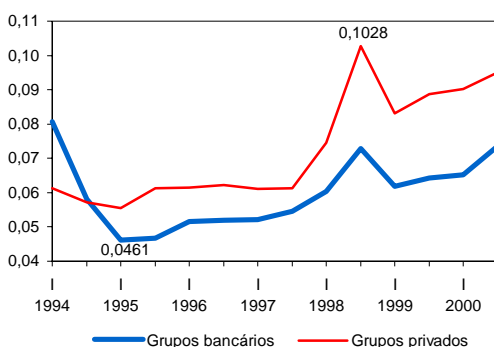
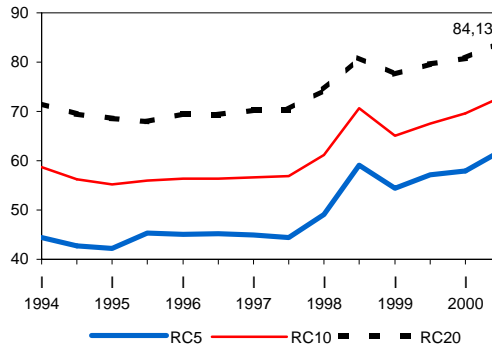


Gráfico 19 - Grupos privados: patrimônio líquido ajustado



4. Conclusões

Esta nota examinou a evolução da concentração bancária no Brasil, avaliando os possíveis impactos das mudanças ocorridas no setor após o Plano Real. Para isso, utilizou-se o cálculo das razões de concentração (2, 5, 10 e 20 maiores bancos ou grupos) e do Índice de Hirschman-Herfindahl para as séries de ativos totais, depósitos totais, operações de crédito e PLA. A trajetória da concentração foi avaliada para o total dos bancos (universo) e para os bancos privados, com a diferença específica da criação de duas séries, total e privado, considerando os grupos bancários, conceito que reúne todas as instituições com o mesmo controlador, aproximando mais os indicadores da atual estrutura do mercado bancário brasileiro.

34/ Se for considerado apenas o período de 1997 a 2000, onde ocorre a quase totalidade das F&A e privatizações, o acréscimo eleva-se para 58,62%.

Os números apontaram, na maioria dos casos analisados, elevação dos indicadores de concentração para o conjunto do período, embora existam subperíodos com trajetórias distintas. A exceção foi a série do PLA. **Como era esperado, a tendência de concentração foi mais acentuada quando foram considerados os grupos bancários, principalmente no setor privado, onde a reestruturação foi mais intensa, com o IHH mais que dobrando em algumas séries, além de apresentar comportamento distinto das séries que desconsideram os efeitos das F&A.**

Os patamares absolutos do IHH em todas as séries, no entanto, não são elevados na comparação internacional e parecem indicar que ainda existe espaço para a continuidade do movimento de consolidação bancária em curso no país. De acordo com Departamento de Justiça dos EUA e Comissão Federal de Comércio dos EUA (1997), resultados abaixo de 0,1 indicam mercados desconcentrados; entre 0,1 e 0,18, moderadamente concentrados; e apenas acima desse nível, mercados altamente concentrados, mais propensos a práticas não-competitivas. Por outro lado, os trabalhos de Abut (2000) e Abut et al. (2001), apontam na América Latina setores bancários muito mais concentrados que o brasileiro, como os do México, Chile e Peru.

Ressalte-se, todavia, os limites da análise dos indicadores de concentração. Desses indicadores não se derivam nem se inferem, de forma direta, análises qualitativas das condições concorrenciais e da estrutura do mercado. Os índices apenas fornecem indicações para isso, devendo ser complementados com análises de contestabilidade e de abertura, dos graus de eficiência e da qualidade da regulamentação prudencial³⁵. A análise dos impactos da concentração sobre a eficiência e sobre os custos (existência ou não de economias de escala e de escopo) e de seu repasse aos clientes ainda depende de investigações específicas, que podem apresentar resultados diferenciados dependendo do país ou mercado analisado. Também é importante considerar que o mercado bancário é multi-produtos, ou seja, na realidade coexistem vários mercados praticamente distintos, com estruturas e instituições líderes bastante diferentes entre si.

Por fim, assinale-se que o recente programa de fortalecimento das instituições financeiras federais (Proef), anunciado pelo Ministério da Fazenda no final de junho de 2001³⁶, terá impactos substanciais nos índices de concentração, atuando em sentido contrário à tendência de elevação revelada por esta nota. Esse impacto ocorrerá principalmente pela redução dos ativos totais e das operações de crédito da CEF, estimadas em R\$30 bilhões, reduzindo o patamar dos indicadores de concentração bancária. No PLA espera-se resultado contrário, com o reforço da capitalização dos bancos públicos federais, devendo a série dos depósitos totais não ser afetada pelas ações do programa.

35/ Ver NAKANE, M. I. (2001) para análise da estrutura recente do mercado bancário brasileiro.

36/ Para maiores detalhes, ver as informações do *site* do Ministério da Fazenda (<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2001/r010622.html>).

Referências bibliográficas

ABUT, Daniel A. (2000). Bank Consolidation in Latin America: variations on a theme. *Emerging Markets Weekly Forum*. Nova York: Goldman Sachs, 4 de fevereiro, pp. 13 – 23.

ABUT, Daniel A.; BIGIO, Sylvia; MULLEN, John H. (2001). Revisiting Latin America's Bank Consolidation Process. *Emerging Markets Weekly Forum*. Nova York: Goldman Sachs, 23 de março, pp. 15 – 24.

BACEN. (2001 e 1999). *Evolução do Sistema Financeiro Nacional: relatórios de dezembro de 1998 e de dezembro de 2000*. Brasília: Bacen. <http://www.bcb.gov.br>.

_____. (1996). Evolução da Economia Brasileira Após o Plano Real. *Boletim do Banco Central do Brasil*, vol. 32, nº 7, separata. Brasília: Bacen, julho, 87 pp.

BACEN/DEPEP/GCI. *Focus*. Vários números. <http://www.bcb.gov.br/updatescd/default.asp>.

BCE. (1999). *The Effects of Technology on the EU Banking Systems*. Frankfurt: BCE, julho, 56 pp. <http://www.ecb.int>.

BERGER, Allen N.; DEMSETZ, Rebecca S.; STRAHAN, Philip E. (1999). The Consolidation of the Financial Services Industry: causes, consequences, and implications for the future. *Journal of Banking and Finance*, vol. 23, nº 2 – 4, pp. 135 – 194.

BERGER, Allen N. et al. (2000). Globalization of Financial Institutions: evidence from cross-border banking performance. *Finance and Economics Discussion Series 2000 – 4*. Washington: Federal Reserve Board of Governors, janeiro, 113 pp. <http://www.federalreserve.gov/pubs/feds/2000>.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. (2001). The Recent Expansion of Foreign Banks in Brazil: first results. *Working Paper Series nº 18/2001*. University of Oxford Centre for Brazilian Studies. 30 pp. <http://www.brazil.ox.ac.uk/workpap.html>.

_____. (2000). New Competitive Strategies of Foreign Banks in Large Emerging Economies: the case of Brazil. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, nº 213, junho, pp. 135 – 69.

_____. (1999). Sistema Bancário e Competitividade: efeitos da penetração do capital estrangeiro no setor bancário brasileiro. In: COSTA, Carlos A. e ARRUDA, Carlos A. (orgs.). *Em Busca do Futuro: a competitividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus. Cap. 4, pp. 121 – 49.

_____. (1998). The Real Stabilization Plan and the Banking Sector in Brazil. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, vol. LI, nº 206, setembro, pp. 291 – 326.

CETORELLI, Nicola. (1999). Competitive Analysis in Banking: appraisal of the methodologies. *Economic Perspectives*. Chicago: Federal Reserve Bank of Chicago, primeiro trimestre, pp. 2-15. <http://www.chicagofed.org/publications/economicperspectives/index.cfm>.

COUTINHO, Paulo C.; OLIVEIRA, André R. (1999). *Regulação Prudencial e Concorrência no Setor Bancário*. Apresentado no Seminário Internacional sobre Regulação e Defesa da Concorrência no Setor Bancário, promovido pelo CADE e Asbace. Brasília, fevereiro, 26 pp.

COSTA, Fernando N. (1999). *Economia Monetária e Financeira: uma abordagem pluralista*. São Paulo: Makron Books. Cap. 14 (Bancos no Brasil), pp. 281 – 314.

CYSNE, Rubens P.; COSTA, Sérgio G. S. da. (1997). Reflexos do Plano Real Sobre o Sistema Bancário Brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 51, nº 3, julho – setembro, pp. 325 – 46.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA DOS EUA e COMISSÃO FEDERAL DE COMÉRCIO DOS EUA. (1997). *Horizontal Merger Guidelines*. 8 de abril, http://www.usdoj.gov/atr/public/guidelines/horiz_book/hmg1.html.

FREITAS, M. Cristina P. (2000). Política Financeira, Fragilidade e Reestruturação Bancária. In: FUNDAP. *Gestão Estatal no Brasil: armadilhas da estabilização 1995 – 1998*. São Paulo: Fundap, pp. 237 – 95.

_____. (1999). Abertura do Sistema Bancário Brasileiro ao Capital Estrangeiro. In: _____. (org.). *Abertura do Sistema Financeiro no Brasil nos Anos 90*. São Paulo/Brasília: Fundap/Ipea, pp. 101 – 73.

GROUP OF TEN. (2001). *Consolidation in the Financial Sector*. Janeiro, 459 pp. <http://www.bis.org/publ/gten05.htm>.

HOFFMANN, Rodolfo. (1997). *Distribuição da Renda: medidas de desigualdade e pobreza*. Mimeo. Campinas: IE-Unicamp, dezembro. Cap. 10 (Medidas de concentração e medidas de segregação), pp. 267 – 84.

HONOHAN, Patrick; KLINGEBIEL, Daniela. (2000). Controlling the Fiscal Costs of Banking Crises. *Working Paper* nº 2.441. Washington: Banco Mundial, setembro, 35 pp. <http://econ.worldbank.org>.

IBGE/ANDIMA. (1997). *Sistema Financeiro: uma análise a partir das contas nacionais, 1990 – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE. 164 pp.

JUCÁ, Afonso. (1994). *O Setor Bancário Brasileiro: evolução institucional e processo de concentração*. Fortaleza: UFC (Dissertação de mestrado), junho. Cap. 4 (A concentração no setor bancário brasileiro: evidência empírica) e Apêndice Estatístico, pp. 50 – 90 e 132 – 49.

LINDGREN, Carl-Johan; GARCIA, Gillian; SAAL, Matthew I. (1996). *Bank Soundness and Macroeconomic Policy*. Washington: FMI. Parte I (Worldwide Experience with Bank Fragility), pp. 3 – 35.

LUNDBERG, Eduardo L. (1999). Saneamento do Sistema Financeiro: a experiência brasileira dos últimos 25 anos. In: SADDI, Jairo (org.). *Intervenção e Liquidação Extrajudicial no Sistema Financeiro Nacional: 25 anos da Lei 6.024/74*. São Paulo: Textonovo. Cap. 2, pp. 53 – 70.

MAIA, Geraldo V. S. (1999). Restructuring the Banking System: the case of Brazil. In: BIS. *Bank Restructuring in Practice. Policy Paper*, nº 6. Basileia: BIS, agosto, pp. 106 – 23. <http://www.bis.org/publ/index.htm>.

MAIA, Geraldo V. S.; PÉREZ, Lorenzo. (2001). Restructuring Brazil's State-Owned Financial System. In: FMI. *Brazil: selected issues and statistical appendix. IMF Country Report* nº 1/10. Washington: FMI, janeiro, cap. VIII, pp. 153 – 75. <http://www.imf.org/external/pubind.htm>.

MATOS, Orlando C. (1999). Caracterização do Processo de Mudanças Estruturais do Sistema Financeiro Brasileiro, 1988/98. In: BACEN/DEPEC. *Evolução Estrutural do Sistema Financeiro Brasileiro*. Brasília: Bacen/Depec, agosto. Cap. 2, pp. 3 – 30.

MENDONÇA DE BARROS, José Roberto; ALMEIDA Jr., Mansueto F. (1997). *Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil*. Brasília: MF/SPE, maio, 29 pp. <http://www.fazenda.gov.br/portugues/document/publica.html>.

MENDONÇA DE BARROS, José Roberto; LOYOLA, Gustavo; BOGDANSKI, Joel. (1998). *Reestruturação do Setor Financeiro*. Brasília: MF/SPE, janeiro, 11 pp. <http://www.fazenda.gov.br/portugues/document/publica.html>.

MOURA, Alkimar R. (1998). Notas Sobre o Ajustamento do Sistema Bancário Privado no Brasil Pós-Real. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 52, nº especial, fevereiro, pp. 27 – 38.

NAKANE, Márcio I. (2001). A Test of Competition in Brazilian Banking. *Working Paper Series* nº 12. Brasília: Bacen, março, 23 pp. <http://www.bcb.gov.br>.

NÓBREGA, Lourinaldo B. (2001). *Regulação Prudencial Bancária no Brasil*. Mimeo. Brasília: Bacen/Depec, janeiro, 7 pp.

PUGA, Fernando P. (1999). Sistema Financeiro Brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. *Textos para Discussão* nº 68. Rio de Janeiro: BNDES, março, 51 pp. <http://www.bndes.gov.br>.

RESENDE, Marcelo. (1992). Determinantes da Estrutura de Mercado no Setor Bancário Brasileiro – 1970-1986. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 46, nº 2, abril/junho, pp. 211 – 22.

VASCONCELOS, Marcos; STRACHMAN, Eduardo. (2001). Reestruturação do Setor de Serviços Financeiros em Nível Mundial: caracterização, regularização e conseqüências para as discussões com o GATS. In: TIRONI, L. F. *Aspectos Estratégicos da Política Comercial Brasileira*. Brasília: IPEA/IPRI. Vol. I, cap. 1, pp. 17 – 99.

VESALA, Jukka. (1994). Banking Industry Performance in Europe: trends and issues. In: OCDE. *The New Financial Landscape: forces shaping the revolution in banking, risk management and capital markets*. Paris: OCDE, 1995. Cap. 3, pp. 97 – 165.

ANEXO I – Evolução dos indicadores de concentração bancária

Indicadores de concentração bancária: ativos totais

Total do setor bancário

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	33,38	48,45	62,37	75,01	0,0729
II	33,41	49,91	62,82	75,59	0,0723
1995 I	29,57	48,14	62,54	75,44	0,0641
II	30,46	50,44	63,39	75,34	0,0677
1996 I	27,50	47,70	59,73	71,16	0,0594
II	29,14	50,34	62,12	73,97	0,0661
1997 I	29,13	49,91	61,40	75,22	0,0647
II	30,76	50,30	61,41	76,04	0,0667
1998 I	32,02	48,31	60,92	74,16	0,0671
II	34,64	51,23	63,54	76,28	0,0757
1999 I	33,77	51,67	63,11	75,66	0,0738
II	33,03	50,72	62,96	76,79	0,0719
2000 I	32,49	50,07	63,70	77,41	0,0705
II	31,17	50,26	64,24	78,35	0,0682

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: ativos totais

Total do setor bancário - grupos bancários

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	33,38	48,45	62,37	75,86	0,0730
II	33,41	49,91	62,82	75,70	0,0724
1995 I	29,57	48,14	62,54	75,44	0,0641
II	30,46	50,44	63,39	75,34	0,0678
1996 I	27,50	48,28	60,30	72,12	0,0600
II	29,14	50,95	62,73	75,56	0,0668
1997 I	29,13	50,51	62,12	76,67	0,0655
II	30,76	51,46	63,74	78,77	0,0686
1998 I	32,02	51,86	64,63	78,48	0,0725
II	34,64	55,81	69,77	83,31	0,0832
1999 I	33,77	55,75	68,99	82,11	0,0811
II	33,03	54,72	69,27	83,30	0,0795
2000 I	32,49	53,91	69,48	84,44	0,0781
II	31,17	57,09	74,58	88,22	0,0812

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: ativos totais

Total do setor bancário privado

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	18,68	36,52	53,52	69,10	0,0386
II	18,78	37,55	54,33	70,08	0,0398
1995 I	18,53	38,41	55,50	70,01	0,0410
II	21,43	39,55	52,67	67,87	0,0433
1996 I	20,53	37,00	48,52	64,20	0,0394
II	21,33	37,92	50,77	66,80	0,0417
1997 I	20,58	35,36	51,33	68,13	0,0394
II	21,82	35,83	52,18	69,27	0,0414
1998 I	22,52	37,37	52,48	67,98	0,0426
II	23,79	39,07	53,24	69,61	0,0457
1999 I	24,90	39,31	53,18	70,18	0,0476
II	24,22	39,08	53,57	71,43	0,0469
2000 I	23,30	40,76	56,40	72,66	0,0471
II	22,91	41,06	57,45	74,03	0,0473

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: ativos totais

Total do setor bancário privado - grupos bancários

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	18,68	36,52	53,74	70,56	0,0392
II	18,78	37,55	54,49	71,03	0,0401
1995 I	18,53	38,41	55,50	70,23	0,0411
II	21,43	39,55	52,67	69,13	0,0436
1996 I	21,63	38,10	50,26	66,64	0,0417
II	22,58	39,17	53,42	70,29	0,0449
1997 I	21,76	36,78	53,03	71,74	0,0425
II	24,06	40,36	57,02	75,02	0,0485
1998 I	28,84	43,98	59,39	75,65	0,0595
II	31,87	50,45	66,80	80,70	0,0716
1999 I	31,93	49,19	65,29	80,36	0,0710
II	30,99	49,04	66,67	81,97	0,0705
2000 I	29,58	48,62	69,85	83,66	0,0699
II	30,70	55,48	75,55	87,65	0,0798

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: depósitos totais**Total do setor bancário**

Período		RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994	I	32,44	49,78	65,11	78,11	0,0765
	II	36,67	53,51	68,76	80,72	0,0858
1995	I	38,07	54,88	69,78	81,40	0,0901
	II	40,26	58,68	71,61	81,01	0,0991
1996	I	39,65	58,11	71,70	82,49	0,0992
	II	37,95	57,99	70,42	80,65	0,0952
1997	I	37,49	57,66	69,44	79,63	0,0913
	II	38,66	57,44	69,79	79,85	0,0934
1998	I	38,32	56,41	69,11	79,60	0,0905
	II	38,15	58,00	70,52	81,85	0,0931
1999	I	39,81	60,05	71,91	82,68	0,0997
	II	39,37	59,98	72,13	83,50	0,0986
2000	I	37,91	58,91	71,98	83,80	0,0943
	II	36,81	57,80	71,12	83,70	0,0904

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: depósitos totais**Total do setor bancário - grupos bancários**

Período		RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994	I	32,44	49,78	65,11	79,30	0,0768
	II	36,67	53,51	68,76	80,91	0,0858
1995	I	38,07	54,88	69,78	81,40	0,0901
	II	40,26	58,68	71,61	81,01	0,0992
1996	I	39,65	58,41	72,00	82,79	0,0995
	II	37,95	58,21	70,75	81,32	0,0955
1997	I	37,49	57,88	69,74	80,03	0,0916
	II	38,66	58,79	71,27	81,68	0,0954
1998	I	38,32	59,03	71,73	82,60	0,0945
	II	38,15	61,17	75,80	86,84	0,0995
1999	I	39,81	63,83	76,44	87,04	0,1067
	II	39,37	63,22	76,31	87,94	0,1052
2000	I	37,91	62,36	76,93	88,86	0,1018
	II	36,81	64,06	79,65	90,69	0,1023

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: depósitos totais**Total do setor bancário privado**

Período		RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994	I	21,03	40,76	58,71	73,47	0,0463
	II	23,23	45,57	62,93	77,05	0,0540
1995	I	22,83	45,03	62,51	76,53	0,0535
	II	26,50	47,10	59,00	73,74	0,0596
1996	I	26,44	47,76	62,36	77,29	0,0605
	II	27,30	45,45	58,71	74,38	0,0579
1997	I	27,11	42,58	55,69	73,38	0,0544
	II	30,57	45,30	57,28	74,48	0,0619
1998	I	30,08	46,09	58,06	74,65	0,0617
	II	33,40	48,03	61,09	77,09	0,0708
1999	I	34,60	49,26	61,77	78,28	0,0755
	II	34,66	49,91	62,68	78,30	0,0760
2000	I	34,40	50,88	64,03	79,65	0,0760
	II	31,01	47,48	62,18	79,65	0,0665

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: depósitos totais**Total do setor bancário privado - grupos bancários**

Período		RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994	I	21,03	40,76	60,39	75,40	0,0474
	II	23,23	45,57	62,93	78,07	0,0543
1995	I	22,83	45,03	62,51	76,83	0,0536
	II	26,50	47,10	59,00	74,94	0,0600
1996	I	27,18	48,50	63,11	79,18	0,0624
	II	27,83	46,27	60,11	76,43	0,0599
1997	I	27,62	43,29	56,47	74,84	0,0561
	II	33,54	48,56	61,23	78,70	0,0718
1998	I	35,67	51,69	64,95	80,55	0,0800
	II	39,92	57,99	72,01	85,92	0,0979
1999	I	42,56	58,83	71,05	86,19	0,1064
	II	41,27	58,19	71,65	86,59	0,1037
2000	I	41,33	59,53	74,57	87,94	0,1063
	II	39,49	62,28	77,70	90,47	0,1045

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: op. de crédito**Total do setor bancário**

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	41,89	58,22	71,81	81,76	0,1041
II	40,50	57,53	72,40	82,70	0,0990
1995 I	40,15	58,67	73,44	83,70	0,0997
II	38,91	59,25	73,83	82,71	0,1001
1996 I	38,02	59,05	72,24	80,87	0,1029
II	36,69	57,19	69,93	79,90	0,0960
1997 I	38,79	58,14	69,43	79,76	0,1014
II	42,06	58,62	67,01	78,30	0,1227
1998 I	44,63	61,23	70,16	80,67	0,1359
II	44,77	61,16	71,10	80,86	0,1351
1999 I	44,10	61,97	71,96	82,29	0,1393
II	39,78	58,69	70,20	81,89	0,1138
2000 I	38,71	57,66	70,09	82,17	0,1090
II	34,24	54,76	67,67	80,46	0,0877

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: op. de crédito**Total do setor bancário - grupos bancários**

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	41,89	58,22	71,81	81,76	0,1041
II	40,50	57,53	72,40	82,70	0,0990
1995 I	40,15	58,67	73,44	83,70	0,0997
II	38,91	59,25	73,83	82,71	0,1001
1996 I	38,02	59,63	73,03	81,91	0,1035
II	36,69	57,66	71,12	81,10	0,0968
1997 I	38,79	58,80	70,36	80,86	0,1021
II	42,06	59,65	68,29	80,08	0,1238
1998 I	44,63	64,02	72,90	83,52	0,1401
II	44,77	64,42	75,60	85,76	0,1404
1999 I	44,13	64,24	75,72	86,23	0,1439
II	39,81	60,80	73,83	85,55	0,1184
2000 I	39,14	60,10	73,40	86,01	0,1140
II	36,05	59,34	74,58	87,69	0,0974

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: op. de crédito**Total do setor bancário privado**

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	20,60	42,93	58,26	72,52	0,0469
II	21,76	46,83	61,97	76,01	0,0536
1995 I	23,72	48,53	63,78	77,73	0,0579
II	26,04	48,47	60,94	74,46	0,0616
1996 I	23,66	44,63	56,53	71,17	0,0530
II	23,46	42,51	55,03	71,54	0,0497
1997 I	24,31	39,94	52,78	70,14	0,0501
II	26,32	41,20	54,07	71,13	0,0563
1998 I	27,93	43,37	56,93	73,14	0,0614
II	27,97	43,96	57,51	72,30	0,0593
1999 I	28,03	45,96	60,28	75,55	0,0627
II	26,93	45,87	61,31	76,37	0,0607
2000 I	26,26	46,81	62,92	76,90	0,0607
II	25,76	44,46	60,06	75,92	0,0571

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária: op. de crédito**Total do setor bancário privado - grupos bancários**

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	20,60	42,93	58,27	72,57	0,0469
II	21,76	46,83	61,97	76,15	0,0536
1995 I	23,72	48,53	63,78	77,83	0,0580
II	26,04	48,47	60,94	75,13	0,0618
1996 I	25,59	46,68	59,12	73,92	0,0572
II	24,57	45,08	58,02	74,42	0,0540
1997 I	25,88	42,18	55,08	73,35	0,0540
II	28,13	43,85	57,37	75,27	0,0609
1998 I	33,01	49,28	63,19	79,15	0,0812
II	32,73	53,50	68,21	81,50	0,0840
1999 I	32,52	52,61	68,58	81,88	0,0830
II	30,78	51,83	68,69	82,27	0,0778
2000 I	30,60	51,99	70,66	83,37	0,0782
II	31,49	54,01	73,57	86,37	0,0833

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária - PLA**Total do setor bancário**

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	33,78	50,23	61,87	73,68	0,0806
II	28,26	44,89	57,31	69,82	0,0580
1995 I	23,63	41,28	54,43	67,29	0,0460
II	21,29	43,36	56,35	67,71	0,0466
1996 I	23,81	44,97	57,94	69,10	0,0505
II	23,36	45,71	58,06	68,94	0,0505
1997 I	22,46	45,96	58,35	69,81	0,0501
II	22,19	47,21	59,59	71,19	0,0520
1998 I	22,87	46,88	59,67	71,81	0,0522
II	19,76	41,30	59,38	73,06	0,0457
1999 I	19,77	40,35	55,51	69,38	0,0427
II	18,98	38,72	55,84	68,96	0,0419
2000 I	19,18	39,90	56,97	69,92	0,0435
II	20,40	42,46	55,21	68,28	0,0441

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária - PLA**Total do setor bancário - grupos bancários**

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	33,78	50,23	61,87	73,84	0,0806
II	28,26	44,89	57,31	70,08	0,0581
1995 I	23,63	41,28	54,43	67,55	0,0461
II	21,29	43,36	56,35	67,71	0,0468
1996 I	23,81	45,51	58,48	70,05	0,0515
II	23,36	46,30	59,21	70,09	0,0519
1997 I	22,46	46,92	59,81	71,59	0,0521
II	22,19	48,48	60,97	73,82	0,0545
1998 I	24,80	50,49	64,14	77,30	0,0604
II	30,28	52,55	69,16	81,19	0,0728
1999 I	26,42	49,10	64,99	77,79	0,0619
II	26,95	49,80	66,22	78,65	0,0642
2000 I	27,56	49,38	67,72	79,86	0,0653
II	29,81	54,46	69,50	81,79	0,0736

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária - PLA**Total do setor bancário privado**

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	30,56	44,41	58,69	70,59	0,0611
II	29,37	42,77	56,19	68,50	0,0569
1995 I	28,80	42,17	55,24	67,88	0,0553
II	30,21	45,35	55,94	67,25	0,0610
1996 I	29,68	44,29	55,10	67,14	0,0591
II	30,03	43,50	54,60	66,56	0,0591
1997 I	29,08	42,76	53,95	66,72	0,0565
II	28,62	42,50	53,57	66,26	0,0555
1998 I	28,95	42,74	53,93	66,73	0,0566
II	23,79	45,70	57,37	71,61	0,0521
1999 I	25,07	40,37	52,34	67,85	0,0468
II	24,25	41,76	53,36	68,40	0,0474
2000 I	24,83	43,51	54,74	68,79	0,0500
II	23,90	43,37	54,97	68,77	0,0492

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

Indicadores de concentração bancária - PLA**Total do setor bancário privado - grupos bancários**

Período	RC2	RC5	RC10	RC20	IHH
1994 I	30,56	44,41	58,69	71,55	0,0613
II	29,37	42,77	56,19	69,53	0,0572
1995 I	28,80	42,17	55,24	68,51	0,0555
II	30,21	45,35	55,94	67,98	0,0613
1996 I	30,49	45,10	56,37	69,50	0,0614
II	30,93	45,25	56,38	69,40	0,0621
1997 I	30,56	45,00	56,56	70,26	0,0611
II	30,58	44,46	56,93	70,41	0,0614
1998 I	34,29	49,10	61,21	74,38	0,0745
II	41,43	59,05	70,71	80,96	0,1028
1999 I	36,35	54,38	65,08	77,47	0,0831
II	36,65	57,17	67,53	79,59	0,0887
2000 I	37,50	57,89	69,55	80,78	0,0903
II	37,14	61,98	72,89	84,13	0,0950

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras.

ANEXO II – Operações consideradas para a formação dos grupos bancários

Tabela 1

Operações de fusões e aquisições domésticas, posteriores ao Plano Real, com impacto

na concentração bancária via formação ou expansão de grupos bancários.

Nº	Data início	Instituição vendida	Instituição compradora	Data fim	Comentário	Impacto ^{1/}
1	1995.II	Digibanco S.A.	Banco Pontual S.A.	1996.II	Transf. controle	0,000001
2	1996.I	Banco Crefisul S.A.	Banco Itamarati S.A.	1996.I	Transf. controle	0,000005
3	1996.I	Banco Continental	Banco Pontual S.A.	1998.II	Transf. controle	0,000001
4	1996.I	Banco Francês e Brasileiro S.A.	Banco Itaú S.A.		Transf. controle	0,000489
5	1996.I	BR Banco Mercantil	Banco Rural S.A.		Transf. controle	0,000001
6	1996.I	Banco Banorte S.A.	Banco Bandeirantes S.A.	1996.I	Proer	0,000023
7	1996.II	Banco Itamarati	Banco de Crédito Nacional S.A.	1997.I	Transf. controle	0,000071
	1996.II	Banco Crefisul S.A.	Banco de Crédito Nacional S.A.	1997.II	Transf. controle	
8	1996.II	Banco Martinelli S.A.	Banco Pontual S.A.	1998.II	Transf. controle	0,000001
9	1996.II	Banco Grande Rio S.A.	Dresdner Bank S.A.		Estrangeiro	0,000001
10	1997.I	Banco Multiplic	Lloyds Bank S.A.	1998.I	Estrangeiro	0,000038
11	1997.II	Banco do Estado do RJ S.A.	Banco Itaú S.A.		Privatização	0,000609
12	1997.II	Banco de Crédito Real de MG S.A.	Banco de Crédito Nacional S.A.	1997.II	Privatização	0,000052
13	1997.II	Banco Geral do Comércio S.A.	Banco Santander		Estrangeiro	0,000001
14	1997.II	Banco SRL S.A.	Amex Holding		Transf. controle	0,000000
15	1997.II	Banco Meridional do Brasil S.A.	Banco Bozano, Simonsen S.A.	1999.II	Privatização	0,000387
16	1998.I	Banco de Crédito Nacional S.A.	Bradesco S.A.		Transf. controle	0,003247
	1998.I	Banco de Crédito Real de MG S.A.	Bradesco S.A.		Transf. controle	
	1998.I	Banco Crefisul S.A.	Bradesco S.A.	1998.II	Transf. controle	
17	1998.I	Banco Itabanco S.A.	Bradesco S.A.	1999.II	Transf. controle	0,000047
18	1998.I	Banco Noroeste S.A.	Banco Santander	1998.II	Estrangeiro	0,000122
19	1998.I	Banco Bandeirantes S.A.	CGD/Financiar Português	2000.I	Estrangeiro	0,000005
20	1998.II	BCR - Banco de Crédito Real S.A.	Bradesco S.A.		Transf. controle	0,000004
21	1998.II	Banco Sistema S.A.	Banco Pactual S.A.		Transf. controle	0,000002
22	1998.II	Banco América do Sul S.A.	Banco Sudameris		Estrangeiro	0,000120
23	1998.II	Banco Dibens S.A.	Unibanco S.A.		Transf. controle	0,000169
24	1998.II	Banco Real S.A.	ABN Amro Holding N.V.	1999.II	Estrangeiro	0,000568
25	1998.II	Banco do Estado de MG S.A.	Banco Itaú S.A.		Privatização	0,001437
26	1998.II	Banco do Estado de PE S.A.	ABN Amro Holding N.V.		Privatiz./Estrang.	0,000093
27	1999.I	Pontual	BCN S.A./Bradesco S.A.	1999.I	Transf. controle	0,000712
	1999.I	Continental Banco S.A.	BCN S.A./Bradesco S.A.		Transf. controle	
	1999.I	Banco Martinelli S.A.	BCN S.A./Bradesco S.A.	1999.I	Transf. controle	
28	1999.II	Banco do Estado da Bahia S.A.	Bradesco S.A.		Privatização	0,000883
29	2000.I	Credibanco	Unibanco S.A.		Transf. controle	0,000047
30	2000.I	Banco Bozano, Simonsen	Banco Santander		Estrangeiro	0,000381
	2000.I	Banco Meridional	Banco Santander		Estrangeiro	
31	2000.I	J. Safra	Banco Safra		Nova instituição	0,000036
32	2000.II	Banco Bandeirantes S.A.	Unibanco S.A.		Transf. controle	0,000503
	2000.II	Financiar Português	Unibanco S.A.		Transf. controle	
33	2000.II	Banco Boavista Inter-Atlântico	Bradesco S.A.		Transf. controle	0,001162
34	2000.II	Banco do Estado do Paraná	Banco Itaú S.A.		Privatização	0,001142
35	2000.II	Banco1.net	Unibanco S.A.		Nova instituição	0,000017
36	2000.II	Banespa	Banco Santander		Privatiz./Estrang.	0,002111
37	2000.II	Fininvest	Unibanco S.A.		Transf. controle	0,000159
38	2000.II	Nações	BCN S.A./Bradesco S.A.		Transf. controle	0,000024
39	2000.II	Banco Uno-E	BBVA		Nova instituição	0,000001

Fonte: Bacen.

1/ Impacto é a variação do IHH considerando somente a aquisição em questão no semestre em que ocorreu. Foi medido sobre os ativos totais do setor bancário.

Tabela 2

Operações de fusões e aquisições no exterior, com impacto na concentração

bancária doméstica via formação ou expansão de grupos bancários.

Nº	Data início	Instituição vendida	Instituição compradora	Data fim	Comentário	Impacto ^{1/}
1	1998.II	Bank of America	Nations Bank		TC-Exterior	0,000002
2	1999.I	Banco Central Hispano	Banco Santander	1999.II	TC-Exterior	0,000000
3	1999.II	Argentaria	BBV	2000.I	TC-Exterior	0,000002
4	1999.II	Republic New York	HSBC		TC-Exterior	0,000068
5	2000.I	Crédit Comercial de France	HSBC		TC-Exterior	0,000229
6	2000.I	Fleming Graphus	Chase Manhattan		TC-Exterior	0,000005
7	2000.II	J.P. Morgan	Chase Manhattan		TC-Exterior	0,000038
	2000.II	Morgan Guaranty Trust	Chase Manhattan		TC-Exterior	

Fonte: pesquisa primária do autor.

1/ Impacto é a variação do IHH considerando somente a aquisição em questão no semestre em que ocorreu. Foi medido sobre os ativos totais do setor bancário.

Tabela 3

Bancos atuando no Brasil simultaneamente como filiais de instituições sediadas no exterior

(bancos estrangeiros) e como bancos privados nacionais com controle estrangeiro.

Nº	Data início	Instituição vendida	Instituição compradora	Data fim	Comentário
1	1994.I	Citibank N.A.	Citibank S.A.		Mesmo banco
2	1994.I	BankBoston N.A.	BankBoston S.A.		Mesmo banco
3	1994.I	Lloyds Bank PLC	Lloyds Bank S.A.		Mesmo banco
4	1994.I	Morgan Guaranty Trust	J. P. Morgan	2000.I	Mesmo banco
	1996.II	Dresdner Lateinamerika A.G.	Dresdner Bank Brasil S.A.		Mesmo banco
	1997.II	Inter-American Express	American Express		Mesmo banco

Fonte: Bacen